



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

ANTONIO EDUARDO ALVES DE MENESES JUNIOR

A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL NA AMÉRICA PORTUGUESA (1504-1600)

GUARABIRA – PB

2021

ANTONIO EDUARDO ALVES DE MENESES JUNIOR

A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL NA AMÉRICA PORTUGUESA (1504-1600)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

GUARABIRA – PB

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M543e Meneses Junior, Antonio Eduardo Alves de.
A exploração do pau-Brasil na América portuguesa (1504-1600) [manuscrito] / Antonio Eduardo Alves de Meneses Junior. - 2021.
44 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino , Departamento de História - CH."

1. Pau-Brasil. 2. Pau-de-Pernambuco. 3. Estanco. 4. Tráfico. 5. Exploração. I. Título

21. ed. CDD 981

ANTONIO EDUARDO ALVES DE MENESES JUNIOR

A EXPLORAÇÃO DO PAU-BRASIL NA AMERICA PORTUGUESA (1504-1600)

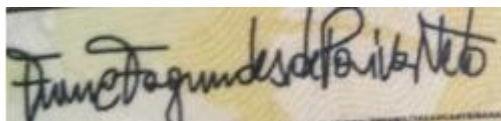
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Aprovado em: 30/09/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (Avaliador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Paulo Oliveira do Nascimento (Avaliador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedicatória

Para meu orientador e amigo Cristiano Luís Christillino, minha esposa Celeste Pereira da Silva Meneses, minha irmã Janaina Kelly Anselmo de Meneses Adelino, e o meu gato Salem.

RESUMO

Esta Monografia apresentada ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), visa debater sobre a exploração do pau-brasil que ocorreu na América portuguesa do século XVI. A escolha do recorte temporal tem como marco inicial o “descobrimento” do Brasil em 1500, e se estenderá até o ano de 1600, em razão de ser este um período marcado por uma intensa exploração do pau-de-pernambuco por lusitanos e traficantes europeus. Dessa forma, esta pesquisa a princípio busca analisar como Portugal descobriu, organizou e defendeu o estanco do pau-brasil na América portuguesa. A análise dessa exploração associada com a literatura que contem os relatos das pessoas que presenciaram ou estavam envolvidas diretamente com a extração dessa árvore, possibilita compreender melhor como os colonizadores lusitanos e traficantes lidaram com esse monopólio real no tocante aos trabalhos de concessão de licenças do seu corte, condução e exportação do pau-brasil para a Europa. Por fim, será abordado também os descaminhos existentes nessa atividade, e a reação portuguesa para reprimir esse tráfico. A metodologia será baseada na construção do estudo fundamentado nos princípios da História Ambiental, partindo da observação das relações entre homem e natureza ao longo do tempo. Desse modo buscaremos entender como surgiu essa espécie de vegetal na Mata Atlântica brasileira, e compreender como indígenas e posteriormente os europeus exploraram essa planta. Com esse estudo, contribuiremos para a historiografia nacional na construção de perspectivas que colocam o pau-brasil como uma importante matéria-prima para o início do primeiro ciclo econômico do Brasil colônia, enquanto essa região ainda esteve como uma colônia de Portugal. O percurso deste trabalho será traçado a partir dos dados de pesquisas que tratam especificamente das características do pau-brasil, e da reinterpretação da literatura da época, que foi produzida pelos viajantes que vieram a América portuguesa em busca do precioso pau-de-pernambuco para ser exportado para a Europa.

Palavras-chave: pau-brasil; pau-de-pernambuco; estanco; tráfico; exploração.

ABSTRACT

This Monograph, presented to the Department of the History Course at the State University of Paraíba (UEPB), aims to debate the exploration of pau-brasil that took place in Portuguese America in the 16th century. The choice of time frame has as its starting point the “discovery” of Brazil in 1500, and will extend until the year 1600, as this is a period marked by an intense exploration of pau-de-pernambuco under the seal of the Empire Portuguese. Thus, this research will analyze how Portugal discovered, organized and defended the pau-brasil stagnation in Portuguese America. The analysis of this exploration associated with the historical accounts of people who witnessed or were directly involved with the extraction of this tree, allows a better understanding of how the Portuguese colonizers dealt with this royal monopoly with regard to the work of granting licenses for its cutting, driving and exporting from brazilwood to Europe. Finally, the deviations existing in this activity, and the Portuguese reaction to repress this traffic, will also be addressed. The methodology will be based on the construction of the study based on the principles of Environmental History, starting from the observation of the relationship between man and nature over time. In this way, we will seek to understand how this plant species appeared in the Brazilian Atlantic Forest, and to understand how indigenous peoples and later Europeans exploited this plant. With this study, we will contribute to national historiography in the construction of perspectives that place pau-brasil as an important raw material for the beginning of the first economic cycle in Brazil, while this region was still a colony of Portugal. The course of this work will be traced from research data that specifically deal with the characteristics of pau-brasil, and the records left by travelers at the time who came to Portuguese America in search of the precious pau-de-pernambuco to be exported to Europe.

Key words: brazil wood; pernambuco-wood; stanchion; traffic; exploration.

Lista de abreviaturas

AN- Arquivo Nacional

BN- Biblioteca Nacional

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

IBF- Instituto Brasileiro de Florestas.

Lista de figuras

Figura 01- Índio Emplumado	17
Figura 02- pau-brasil / Paubrasilia echinata	22
Figura 03- Corte transversal de árvores de pau-brasil.	23
Figura 04- Exploração do pau-brasil no litoral da América portuguesa.	26
Figura 05- Indígenas trocando pau-brasil por feramentas europeias	27
Figura 06- Extração de pau-brasil na costa brasílica	31
Figura 07- Feitoria do século XVI	32

Sumário

1- Introdução	10
2- Mata Atlântica o berço do pau-brasil: A formação da floresta tropical litorânea do Brasil. ...	11
2.1 Ibirapitanga a árvore da madeira vermelha: A “descoberta” do pau-brasil no Novo Mundo pelo europeu.	16
3- A Guerra pela posse do novo território e a defesa do monopólio real: A exploração do pau-brasil no período pré-colonial	28
4- Colonizar a América portuguesa ou perdê-la! A exploração do pau-brasil no período colonial (1530-1600).....	37
5- Considerações finais.	45
Referências bibliográficas.	46

1- Introdução

Um Nordeste

Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha d'água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa.

Onde a água faz da terra mole o que quer: inventa ilhas, desmancha istmos e cabos, altera a seu gosto a geografia convencional dos compêndios.

Um Nordeste da terra.

Das árvores lambuzadas de resinas.

Das águas.

Do corpo molhado dos homens que trabalham dentro do mar e dos rios, na bagaceira dos engenhos, no cais do Apolo, nos trapiches de Maceió. (*Carlos Pena Filho*)¹

A visão eurocêntrica da historiografia compreende que a história e a exploração da árvore nativa do Brasil conhecida como pau-brasil começou a partir do século XVI, quando em 1500 os colonizadores portugueses desembarcaram no “*Novo Mundo*”, e a descobrem no meio da grande biodiversidade que as novas terras esbanjavam. No entanto, os estudos de arqueólogos, antropólogos e historiadores do campo da História Ambiental contrapõem essa ideia, alegando que antes da chegada do europeu a América esta árvore já era conhecida e explorada em pequena escala pelos nativos, sendo a sua madeira costumeiramente empregada na confecção de seus arcos e para o tingimento dos seus enfeites emplumados e corpos. Não obstante, cientistas da área das ciências naturais argumentam que a história dessa planta é bem mais antiga, pois este vegetal está intrinsecamente ligado com a evolução da antiga floresta da Mata Atlântica, onde a natureza ao custo de milhares de anos de muito esforço fez crescer este vegetal no litoral do que viria a se tornar a América Portuguesa do século XVI. Desse modo, este trabalho se propõe em estabelecer uma relação entre esses diferentes estudos, para que possamos construir uma narrativa historiográfica sobre a exploração do pau-brasil no primeiro século da colonização portuguesa do Brasil. Através do olhar da História Ambiental complementada por outras áreas do saber científico, é possível compreender como essa planta surgiu na Mata Atlântica do Brasil e conhecê-la mais detalhadamente. Além disso, é pertinente entendermos como se articulou a exploração do estanco do pau-brasil no século

¹ FILHO, Carlos Pena. **Um Nordeste**. Texto em prosa ordenado em forma de verso. in: FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 7.

XVI, onde os colonizadores portugueses por meio do uso da mão de obra indígena se dispuseram em exportar essa matéria-prima do Brasil para a Europa.

2- Mata Atlântica o berço do pau-brasil: A formação da floresta tropical litorânea do Brasil.

Segundo os estudos da Ciências Naturais a mais ou menos 130 milhões de anos atrás, a África e América do Sul ainda estavam conectadas em um único supercontinente chamado: Gondwana. Nesta grande massa continental cercada por água salgada do mar de Tétis, formava-se no litoral nuvens carregadas de umidade, que avançavam para o seu interior, trazendo muita abundancia de água. Essas intempéries foram lentamente remodelando a região montanhosa do interior do super continente, degradando suas rochas e fazendo o seu aplainamento. A presença de umidade no centro desta colossal massa de terra, forneceu as condições climáticas favoráveis para o desenvolvimento de uma floresta pré-histórica na sua superfície. Por fim, há 90 milhões de anos, a Gondwana a continuou a fraturar-se, separando a África da América do Sul, e lentamente afastando-os um do outro, formando entre eles um extenso Oceano Atlântico. Este violento desmembramento deixou sequelas na América do Sul, pois se formou ao leste uma nova faixa litorânea de 7.491 quilômetros de extensão, sendo banhada paralelamente pelo dito oceano.² Além disso, no interior da atual região Nordeste do Brasil, a mais ou menos 200 km da nova costa, originou-se uma região serrana denominada pela geografia como Planalto da Borborema, com uma extensão aproximada de 400 km de Norte a Sul, dotada de uma altitude média de 500 metros, no entanto, há picos que chegam até 1.260 metros.³ Esse conjunto de terras altas, criaram consequentemente uma barreira física, que impede que a umidade e as precipitações vindas do Oceano Atlântico avancem para o interior da região Nordeste, concentrado consequentemente uma grande quantidade de umidade numa sub-região denominada pela geografia de “Zona da Mata”. Sendo assim, as mudanças geológicas que ocorreram em um passado pré-histórico possibilitaram que se formasse um clima bem específico nessa região, que influenciou diretamente na evolução da

² ROSSETTI, Victor. **Origem e caracterização da Mata Atlântica: Estratégias de conservação e leis.** 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://netnature.wordpress.com/2017/05/27/origem-e-caracterizacao-da-mata-atlantica-estrategias-de-conservacao-e-leis/>>. Acesso em: 3 set. 2020.

³ **PLANALTO DA BORBOREMA.** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Planalto_da_Borborema&oldid=61984826>. Acesso em: 4 set. 2020.

fauna e flora da floresta pré-histórica, produzindo espécies endêmicas que fariam parte da antiga floresta da Mata Atlântica.⁴

A Zona da Mata do Nordeste do Brasil é uma faixa litorânea que está paralela ao Oceano Atlântico, e a sua extensão vai do Rio Grande do Norte (RN) até a Bahia (BA), passando pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A sua largura varia entre 100 km a 200 km, partindo da costa até o encontro com as encostas do Planalto da Borborema. Esta sub-região possui um clima litorâneo úmido, apresentando dias ensolarados na sua maior parte do ano, o que provoca elevadas temperaturas que oscila entre 25 °C a 31 °C. O período chuvoso é muito abundante e irregular durante todo o ano, concentrando-se principalmente durante os meses de janeiro a julho, com um índice pluviométrico médio anual que varia entre 600 e 3.000 milímetros.⁵ O antropólogo Gilberto Freyre descreve no seu livro *Nordeste*, que a Zona da Mata possui uma forte relação com a suas águas, pois sua geografia é marcada pelos diversos rios de pequeno e médio porte que rasgam os vales das regiões mais altas do Planalto da Borborema e seguem rumo ao litoral.

Na região não se observa a presença de grandes rios; estes, ora são rios médios que nascem no agreste e caminham para o litoral, apresentando pequeno volume d'água, sendo muitas vezes intermitentes no estio, nos seus altos e médios cursos e volumosos no baixo curso, quando atravessam a região úmida e são abastecidos por afluentes nascidos na própria mata; ora são pequenos rios que nascem nas encostas do maciço da Borborema e se encaminham para o oceano, através de várzeas onde alagaram e se aprofundam, formando "rias" que, no passado, permitiam a entrada de embarcações de porte médio a algumas léguas de distância do litoral.⁶

No período chuvoso do primeiro semestre do ano, é descarregada pelas chuvas milhões de metros cúbicos de água nas encostas do Planalto da Borborema, onde a água penetra o solo florestal da região e abastece o lençol freático, que ao encharcasse começa a escoar lentamente todo o excesso de umidade para a superfície por milhares de "olhos d'água" ou nascentes, que vão formando no seu trajeto centenas cursos d'água, que seguem um percurso dos pontos mais altos do relevo rumo as planícies do litoral. Estes pequenos córregos

⁴ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 35.

⁵ PEREIRA, Michael Douglas Barbosa. **Dinâmica Climática e as Chuvas na região da Zona da Mata, Nordeste do Brasil**. 2018. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 1955. p. 46. Disponível em: <https://www.ufpb.br/climageo/contents/menu/publicacoes/dissertacoes/dinamica_climatica_e_as_chuvas_na_regiao_da_zona_da_mata.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

⁶ FREYRE, Gilberto de Mello. **Nordeste**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 14.

ao longo dos seus cursos, vão se conectando uns aos outros, transformando-se em pequenos e médios rios navegáveis, dotados de maior volume d'água e profundidade, que vão serpenteando no seu circuito a floresta, e no seu percurso final, desembocam em várias fozes que estão espalhadas pela costa, que despejam todas as suas águas doces no mar. Os rios são essenciais para a vegetação da selva, pois na medida em que percorrerem este caminho vertical, as suas águas vão sendo enriquecidas com sais minerais e substâncias orgânicas que serão incorporadas ao solo, onde as plantas das matas ciliares irão coletar e se alimentar destes compostos para se desenvolverem. Além disso, eles fornecem a água, que é um elemento essencial para a manutenção metabólica de todos os seres vivos, matando a sede das plantas e dos animais, e servindo de lar para dezenas de espécies de peixes e animais aquáticos de água doce. Portanto, as características climáticas de sol e chuvas constantes durante todos os meses do ano na Zona da Mata, também foram determinantes para a evolução da floresta pré-histórica desta região, produzindo o que Gilberto Freyre chama em seu livro *Nordeste* de uma “*terra rica e gorda*”⁷.

Ao longo do tempo, as intempéries físicas e químicas lentamente desgastaram as rochas da região serrana do Planalto da Borborema, e arrastaram importantes sais minerais dos pontos mais elevados do relevo para as regiões mais baixas do litoral. Freyre nos conta que a distribuição e o acúmulo destes sedimentos na Zona da Mata, possibilitou na formação de um solo escuro na região:

[...] os solos da região eram muito ricos em substâncias minerais, podendo ser classificados em dois grandes grupos: aqueles formados por argila laterítica, o chamado “barro vermelho”, dominante nas encostas e que eram eluviais e os solos transportados das encostas para as várzeas e vales dos rios que eram aluviais. Estes eram os solos de massapê e se caracterizavam por formar um verdadeiro lamaçal, no período chuvoso.⁸

O solo do tipo massapê é profundo e argiloso, sendo constituído a partir da decomposição de rochas minerais de gnaisses, calcários e filitos, dando-lhe uma coloração escura, quase preta. É um solo rico em água, de escoamento lento mantendo-se sempre excessivamente úmido ao longo do período de chuvas, e rígido durante a seca. O Mestre de Apipucos nos conta que essa terra tem como característica ser bastante pegajosa em períodos chuvosos, formando uma massa que gruda nas botas dos homens e nas patas dos animais que

⁷ FREYRE. *Nordeste...*, op. cit., 1989, p. 14.

⁸ Idem, p. 13.

os pisoteiam, dificultando ou até mesmo impedindo a locomoção de carros de bois e cavalos, há mais facilidade de deslocar-se em períodos de estio quando as chuvas são mais escassas.⁹ Porém, quando os lavradores expõem este solo diretamente a luz solar ele torna-se seco e duro, por possuir pouca capacidade de reter a água e nutrientes, o que dificulta a penetração das raízes das plantas na rígida terra, além de ficar com o PH do solo mais ácido, o que reduz consideravelmente a sua fertilidade. O brasileiro Warren Dean explica em *A Ferro e Fogo*, que este solo para se torna fértil, além da abundância de água e minerais, ele necessitava também de uma cobertura vegetal:

[...] sob tais condições, o desenvolvimento do solo depende em grande parte de uma cobertura de vegetação e não o contrário. A folhada caída das árvores costuma ser duas vezes mais pesada que a das florestas temperadas e é rápida e continuamente mineralizada por cupins, fungos e bactérias. A sombra densa da floresta fornece condições ambientais para a formação de uma camada fértil de húmus. Assim, a floresta cresce e se espalha sobre um substrato orgânico gerado por ela mesma.¹⁰

Após a terra ter passado por inúmeras eras glaciais, a natureza com muito esforço desenvolveu uma robusta floresta tropical pré-histórica na Zona da Mata, onde as plantas e animais ao evoluírem produziram inúmeras espécies e subespécies. Essa selva ao estabilizar-se passou a concentrar um grande número seres vivos numa mesma região, o que acabava produzindo bastante matéria orgânica que era constantemente depositada na superfície do solo, por plantas e animais mortos, ou de seus subprodutos, possibilitando assim, que se forma-se uma fina camada de húmus, medindo de três a cinco centímetros de espessura, contendo no seu interior minúsculos seres vivos (fungos, bactérias, larvas, minhocas e insetos) que tratavam de decompor e reciclar toda a matéria orgânica, transformando-a ao final do processo de ciclagem, em importantes nutrientes: carbono, nitrogênio, fósforo, cálcio, ferro, manganês, entre outras substâncias que eram depositados no solo, deixando-o extremamente fértil.¹¹

Posteriormente, essa floresta ancestral modificou-se, e formou uma selva conhecida hoje como: Mata Atlântica. A intensa fertilidade do seu solo florestal possibilitou que a sua vegetação fosse composta por mais de “20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil são endêmicas, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro lugar do Planeta. É a floresta

⁹ Ibidem, p. 13.

¹⁰ DEAN, A *Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 27.

¹¹ Idem, p. 27.

mais rica do mundo em diversidade de árvores.”¹² Com os mais variados tipos arbóreos de pequeno, médio e grande porte. Estas plantas cresceram abundantemente nestas matas com algumas espécies adquirindo raízes grandes, fortes e profundas, que penetravam o solo da região descompactando e deixando-o fofo, isto gerou uma melhor oxigenação da terra, além de permitir que a água se infiltrasse com mais facilidade no seu subsolo, onde a umidade carrega os nutrientes da superfície para baixo, onde as raízes os reaproveitam para que não se percam na profundidade. Segundo Warren Dean no nosso passado colonial existira nesta riquíssima floresta algumas espécies de árvores gigantes, que “se elevavam a 35 metros ou mais, em suas áreas de crescimento mais luxuriante, podendo ter mais de cem anos, embora algumas, de circunferência muito grande, possam ser muito mais velhas, com idade de até mil anos.”¹³ Este desenvolvimento acentuado deve-se a três fatores anteriormente discutidos: O primeiro seria o clima litorâneo úmido da Zona da Mata do Nordeste, com alta incidência solar durante todo o ano gerando elevadas temperaturas, e com chuvas abundantes. O segundo seria a intensa fertilidade do solo florestal da Mata Atlântica, que é rico em nutrientes e sais minerais. E terceiro seria o crescimento vigoroso e contínuo de algumas espécies de plantas ao longo tempo, graças a mata apresentar-se pouco explorada pela mão do homem. Tudo isto contribuiu para que surgissem estas esbeltas árvores gigantes, que eram as “senhoras” absolutas entre os vegetais da Mata Atlântica, e traziam uma série de benefícios ao ecossistema da região, pois serviam de abrigo para outros tipos de seres vivos, que se alojavam ao longo da sua imensa estrutura, onde em uma única copa de árvore gigante poderia abrigar até mil espécies de insetos, e demais tipos de plantas trepadeiras e animais. Ademais, quando a chuva caía na mata, as folhas destas árvores diminuía a intensidade com que a água chega à terra, prevenindo a sua exacerbada erosão e protegendo plantas mais jovens dos fortes vendavais. Desse modo, não é exagero afirmar que se formou no litoral nordestino do Brasil uma espécie de “jardim do éden tropical”.

Este “paraíso nos trópicos” só veio a ser ocupado por seres humanos a mais ou menos 10 mil anos atrás. Ainda não está claro como o homem chegou por essas bandas, mas esses primeiros indivíduos a ocupar a região se adaptaram a vida na selva, e constituíram diferentes grupos familiares que se dispersaram pelo vasto continente.¹⁴ Na Zona da Mata da região

¹²CASANOVA, Leandro Rosa. PROCHNOW, Rainer. PROCHNOW, Miriam. **Planejando Propriedades e Paisagens**. Rio do Sul (SC), 2005. p. 6. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2018/03/cartilha-planejando-propriedades.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2020.

¹³ DEAN, A Ferro e..., op. cit., 2004, p. 32.

¹⁴ ROSSETTI, Victor. **Origem e carac...**, op cit. 2017.

Nordeste essas comunidades espalharam-se pelo litoral e formaram diversas tribos, onde cada clã se mantinha unido pela língua, costumes e tradições. Estes povos permaneceram isolados do contato com Velho Mundo até o início do século XVI.

2.1 Ibirapitanga a árvore da madeira vermelha: A “descoberta” do pau-brasil no Novo Mundo pelo europeu.

No dia 22 de abril do ano de 1500 os colonizadores portugueses liderados por Pedro Álvares Cabral desembarcaram no “*Novo Mundo*”, e se ficaram impressionados com a riqueza natural que as novas terras “descobertas” esbanjavam. Freyre descreve que “O europeu, ao chegar ao Novo Mundo, se sentiu perplexo diante daquela mata exuberante e heterogênea, tão diferente da floresta temperada europeia.”¹⁵ Foi ainda neste primeiro desembarque que o primeiro contato entre nativos e portugueses aconteceu, onde o escrivão da armada de Cabral, o fidalgo *Pero Vaz de Caminha* registrou sobre como eram os índios tupiniquins ao olhar do europeu; “eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse as suas vergonhas. Traziam nas mãos arcos e flechas.”¹⁶ Este primeiro contato foi pacífico, houve troca de presentes entre as duas partes, e uma interação e curiosidade entre ambos. Cabral e sua esquadra permaneceram no litoral do “Novo Mundo” durante dez dias, e nesse meio tempo cortaram algumas árvores e talharam as toras em forma de cruz, que foi erguida na praia para a celebração de duas missas que marcariam a tomada de posse dos lusitanos no novo território, que foi batizado por Cabral de *Terra de Vera Cruz*. Em seguida, eles logo passaram a investigar a floresta com o auxílio dos nativos buscando encontrar ouro, prata ou pedras preciosas, que não acharam devido à falta de informações sobre a região. No entanto, os portugueses ficaram impressionados com as riquezas naturais da Mata Atlântica, e passaram a conhecer um pouco mais da fauna e flora da região, em outras palavras, ficaram sempre atentos as diferentes espécies de plantas e animais existentes na riquíssima mata tropical.¹⁷

No primeiro desembarque dos lusitanos na América portuguesa cooperação e o repasse de informações dos indígenas para com os colonizadores, foi essencial para que eles lograssem êxito na elaboração de uma lista contendo os possíveis recursos naturais que as novas terras “descobertas” pudessem fornecer a Coroa portuguesa. Em vista disso, os portugueses passaram a inventariar algumas árvores presentes na Mata Atlântica que poderiam trazer algum lucro ao serem comercializadas na Europa, suprimindo assim a grande

¹⁵ FREYRE. *Nordeste...*, op. cit., 1989, p. 12.

¹⁶ CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre (RS): L&PM Pocket, 2013. p. 88.

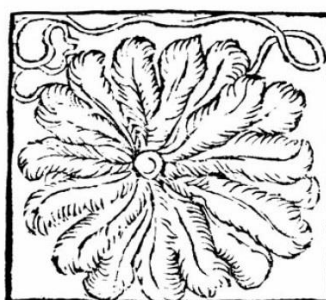
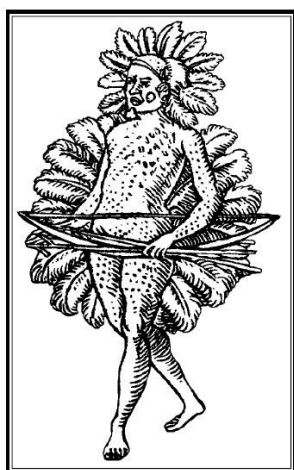
¹⁷ FREYRE. *Nordeste...*, op. cit., 1989, p. 12.

demanda europeia por madeira nobre dos setores: naval, construção civil e marcenaria em geral. Entretanto, segundo o explorador franciscano André de Thevet em *As Singularidades da França Antártica (1557)*, o “achado” de um pau-de-tinta no Novo Mundo, logo atraiu a total atenção dos lusitanos.

[...] assim foi que enquanto estavam eles [os portugueses] pesquisando atentamente essa terra, tiveram a atenção despertada para os diversos tipos de plumagens que já constituíam um bom artigo de comércio, especialmente as vermelhas. Tendo inquirido os nativos sobre a tinta com a qual tingiam as penas, mostraram-lhes estas a árvore do pau-brasil. Esta árvore, que na língua dos selvagens recebe o nome de orabutan, é uma planta de rara beleza. A casca, cinzenta por fora, recobre um tronco que é tanto mais vermelho quanto mais próximo do cerne, sua parte mais excelente e procurada.¹⁸

Os portugueses observaram que os índios coletavam os galhos de um tipo de árvores gigante que tinha uma madeira muito forte, flexível, maleável e imputrescível, para confeccionar seus arcos de caça, além de extraírem dessa mesma planta uma resina avermelhada, que usavam para tingir as penas dos seus adornos emplumados. Em Tupi os nativos chamavam a árvore do pau vermelho de *ibirapitanga ou Ibirapiranga, Ibirá* significando pau ou madeira, e *pitanga*, vermelho.¹⁹

Figura 1- Índio Emplumado. As plumas pequenas e o Enduape eram tingidos de vermelho com pau-brasil, e o arco era confeccionado com galhos da mesma planta.



Enduape, um ornamento de penas de ema.

Fonte: STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre (RS), L&PM POCKET, 2010. p. 127.

¹⁸ THEVET, André. *As Singularidades da França Antártica (1558)*. trad. Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978, p. 195.

¹⁹ MURALT, Malou Von. *A árvore que se tornou país*. Revista USP, [S. l.], n. 71, p. 171-198, 2006, p. 180. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13560>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Outro europeu da época que testemunhou o uso destes enfeites tribais tingidos e deixou seu relato foi o aventureiro alemão Hans Staden (1525-1576), quando em 1549 em sua segunda viagem ao Brasil acabou sendo capturado e mantido como prisioneiro durante nove meses pelos antropófagos índios tupinambás, o seu destino ser canibalizado pelos antropófagos “selvagens”, mas, foi poupado do ritual e acabou sendo liberado para voltar a Europa, onde publicou em 1557 um livro que ficou bastante famoso sendo conhecido hoje como: *Duas Viagens ao Brasil*, nele o aventureiro alemão retrata a sua odisseia nas viagens que fez a América portuguesa, e registra ricamente como os tupinambás confeccionavam seus adornos emplumados pintados com a tinta extraída do pau-brasil.

[...] colam ao corpo, com uma substância que escorre das árvores, penas vermelhas e brancas, misturando as cores. Espalham a substância nos lugares que querem ornar e, depois, aplicam com força as penas, que ficam grudadas. Pintam, ainda, um braço de preto e o outro de vermelho. Fazem o mesmo com as pernas, e o tronco também é pintado. Além disso, usam um ornamento de penas de ema. Trata-se de um grande objeto redondo que amarram sobre o traseiro quando vão à guerra contra seus inimigos ou quando estão festejando. Chama-se enduape.²⁰

O aventureiro alemão cita que uma das preciosidades dos indígenas eram estas elegantes penas de pássaro tingidas. Quem tinha muitas era considerado rico sobre os demais.²¹ Assim sendo, a utilidade do pau-brasil para os índios estava associada a uma lógica exploratória pequena, sem fins comerciais, devido eles usarem a tinturaria extraída dessa árvore apenas para tingir seus adornos emplumados, e a coleta de alguns poucos paus para confeccionar seus instrumentos de caça. Contudo, quando os europeus chegaram ao Novo Mundo, também passam a se interessar pelas mesmas plantas, mas este impulso estava condicionado ao pensamento capitalista mercantil europeu da época, fazendo-os enxergar este vegetal apenas como uma mercadoria de onde se poderia tirar lucro, isto significa que para os colonizadores pouco importava a devastação ambiental que seria deflagrada ao explorar essa árvore em larga escala, já que teriam uma boa rentabilidade ao comercializar essa madeira nos mercados de tinturaria europeu, que eram altamente rentáveis no século XVI e dominado pelos antigos e caríssimos corantes naturais de origem asiática²². Segundo o historiador Luiz Alberto esse comportamento predatório dos europeus para com o meio ambiente se deve ao...

²⁰ STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre (RS): L&PM POCKET, 2010. p. 127.

²¹ Idem, p. 131.

²² DEAN, **A Ferro e...**, op. cit., 2004, p. 63.

O homem não pertenceria àquelas sociedades compostas por inúmeras espécies de plantas e animais em contínua interação. Seu equipamento natural não o possibilita viver em ambientes altamente hostis às suas necessidades como de fato é uma floresta tropical. Para permanecer lá, ela, a espécie humana, precisa alterar o mundo ao seu redor. Assim, para viver na Mata Atlântica os homens, necessariamente, precisaram destruí-la. Não obstante, se algumas sociedades fizeram isto de forma mais ou menos equilibrada durante longos períodos de tempo, outras, no entanto, foram altamente prejudiciais ao equilíbrio do sistema em relação ao qual elas eram alienígenas. Foi este o caso dos invasores europeus que chegaram ao Continente Sul Americano no século XV.²³

Essa perspectiva predatória dos colonizadores sobre os recursos do meio ambiente do “Novo Mundo”, fizeram com que eles passassem explorar comercialmente a planta dos indígenas chamada *Ibirapitanga* e *Ibirapiranga*, mas antes os portugueses renomearam essa árvore com um nome mais familiar e comercial ao europeu: pau-brasil.²⁴ De acordo com a pesquisadora Suíça Malou Von Muralt em *A árvore que se tornou país*, esta mudança nominal ocorreu devido haver uma grande semelhança entre o pau-de-tinta do Brasil e os paus-de-tinta de origem asiática: *Caesalpinia sappan*, onde ambos possuem uma madeira vermelha de onde se extrai uma tinta avermelhada, muito conhecida e apreciada nos mercados de tinturaria da Europa desde o século XI.²⁵

[...] em diversas tarifas aduaneiras, figura entre as incontáveis drogas e especiarias importadas do Oriente. Os venezianos chamavam-na verçí, verzi e verzino (do árabe wars), vocábulo que se transformou progressivamente em berzil, berzi, brezilh, bresil, bresilium, brexilium, braxilis, brazil para se tornar Bresilien-, Pressilgen-, ou Prissiligholz em alemão e brazilwood em inglês. Assim, e tendo Marco Polo batizado a árvore a partir do nome do corante por ela fornecido, o termo brasil aplica-se, conforme o contexto, ora à árvore ora à matéria tintorial.²⁶

O fato do europeu passar a denominar de pau-brasil todos os tipos de paus-de-tinta, bastando eles terem apenas a madeira vermelha, causou uma enorme confusão entre mercadores, botânicos e qualquer um que lidava com essas plantas, pois em diversas partes do mundo existiam diferentes espécies e subespécies de paus-de-tinta vermelhos, com qualidade

²³ SOUZA, Luiz Alberto. **DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996].** Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Aedos - ISSN 1984- 5634. Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 264-268, jun. 2011. p. 167.

²⁴ DOMINGUES, Joelza Ester. **A lucrativa exploração do pau-brasil na América portuguesa.** Blog Ensinar História. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/exploracao-do-pau-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

²⁵ MURALT. **A árvore que...**, op. cit., 2006, p. 174.

²⁶ Idem, p. 174.

tintorial muito variável, sendo em muitas das vezes impossível determinar com exatidão a que espécies/subespécie esses nomes se referem, além de confundir a sua real origem. Para contornar este problema os comerciantes incluíram nas denominações dessas plantas o nome do local da sua extração ou nacionalidade, o que produziu uma infinidade de denominações comuns e comerciais: Pau-Pernambuco, Pau-rosado, Brasilete das Antilhas, Brasilete das Bahamas, Pau da Nicarágua, Pau de Santa Marta, Brasilete da Jamaica, Pau da Califórnia, Brasileto, Bloodwood, Redwood, Peachwood, Pau-de-Sapan etc. Tantos nomes tornaram o cenário ainda mais caótico, sendo necessário que os naturalistas elaborassem mais tarde novos métodos de classificação destas diversas plantas de tinturaria.²⁷

A primeira tentativa em classificar o pau-brasil do Brasil data do século XVII, quando o “naturalista Jorge Marcgrave juntamente com o médico Guilherme Piso, em *História natural do Brasil (1648)*, compôs a missão científica e artística organizada pelo conde João Maurício de Nassau na atual região Nordeste do Brasil. Entretanto, foi apenas no final do século XVIII que o pau-brasil ganhou o seu primeiro nome científico, onde o naturalista Jean-Baptiste de Lamarck em *Encyclopédie Méthodique 1785*, o classificou de acordo com as normas botânicas vigentes da época, levando em consideração as características das suas folhas, flores, frutos, sementes e etc. E inseriu ele no grupo das plantas leguminosas nomeando como *Caesalpinia echinata*, “*Caesalpinia*” por ser uma planta leguminosa, e “*echinata*” devido o fruto dessa planta em forma de vagem apresentar espinhos (*leguminibus echinatis*), sendo a única espécie com essa característica, já que as vagens das demais *Caesalpinias* são lisas.²⁸ Porém, no século XIX o botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius em sua viagem de pesquisas naturais no Império do Brasil em 1817 (*Reise in Brasilien, 1823*), percebeu que ainda existia muita confusão entre diferentes espécies e subespécies de paus-de-tinta vermelhos existentes na Mata Atlântica brasileira, devido eles receberem genericamente pelos habitantes locais o nome de pau-brasil, “há um grande obstáculo, a saber, que nas diversas províncias do extenso reino, ora as diversas espécies de árvores estão assinaladas com o mesmo nome, ora diversos nomes são atribuídos a uma única”.²⁹ Martius acreditava que para pôr um fim em tamanha desordem, seria necessário catalogar botanicamente cada espécie/subespécies destes paus-de-tinta existentes nas matas brasileiras, mas este trabalho o Governo Imperial nunca se dispôs a fazer tão pouco financiar

²⁷ Ibidem, p. 172.

²⁸ MURALT. **A árvore que...**, op. cit., 2006, p. 187.

²⁹ Idem, p. 172.

tal trabalho. Finalmente no século XXI a planta *Caesalpinia echinata* foi analisada geneticamente por um grupo de cientistas, onde se utilizou as sequências do seu “DNA” para analisar as relações entre a sua espécie e cerca de 200 plantas tropicais com o código genético parecido, o resultado confirmou que esta árvore representa uma linhagem única, devendo assim pertencer a um gênero distinto. Isto lhe fez ganhar um novo e definitivo nome científico: *Paubrasilia echinata*, encerrando assim de uma vez por todas um dilema de cinco séculos de duração³⁰.

A árvore *Paubrasilia echinata* possui amplos registros históricos e científicos entre os séculos XVI ao XXI, graças aos exploradores: André Thevet, Jean de Léry, Nicolas Barré, e dos estudos naturais dos naturalistas anteriormente citados. A união destes dados nos permite descrevê-la da seguinte forma: é uma leguminosa que crescia em abundância no litoral leste do Brasil, partindo do atual estado do Rio Grande do Norte (RN) rumo ao Sul chegando até o estado do Rio de Janeiro (RJ). Quanto ao número de exemplares existentes no início do século XVI, acreditava-se na época, cerca de 70 milhões dessas árvores eram distribuídas pelas matas brasileiras.³¹ O pau-brasil é uma planta grande e robusta, que prefere um ambiente de clima quente e moderadamente úmido, principalmente costeiro e próximo das margens de rios, possui um crescimento lento, alcançando 2,5 m aos 2 anos, podendo atingir na sua fase adulta com 40 anos, os 30 m de altura. “O frade francês Nicolas Barré afirma que em 1555, avistou exemplares pau-brasil com cem pés de altura por seis pés de diâmetro, ou seja, 33 metros de altura por 2 metros de diâmetro, possivelmente árvores mult centenárias.”³²

Esta planta quando atinge a sua maturidade apresenta raízes grandes e profundas, que lhe dá uma boa fixação no solo e uma excelente capacidade em absorver água e nutrientes da terra. Na sua copa desenvolvem-se longos e grossos galhos, com folhas bipinadas, de cor verde médio, brilhantes, que podem medir de 10 cm a 20 cm. Contudo, o verde brilhante da sua copa é recoberto anualmente por uma exuberante floração amarelada se inicia entre o final de setembro, prolongando-se até outubro. Estas flores são amarelas, sendo que as suas pétalas

³⁰ GIRARDI, Giovana. **Pau-brasil ganha um novo nome científico**. Estadão, 13 de out. de 2016. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/pau-brasil-ganha-um-novo-nome-cientifico/>>. Acesso em: 6 fev. 2021.

³¹ S. D’Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo Econômico do pau-brasil - *Caesalpinia Echinata* Lam., 1785**. Páginas do Inst. Biol., São Paulo, v.9, n.1, p.15-30, jan./jun., 2013. p. 15.

³² MURALT. **A árvore que...**, op. cit., 2006, p. 180.

apresentam uma mancha vermelho-púrpura.”³³ O desabrochar delas deixam a sua copa verde tomada por simples cachos floridos amarelados matizados de vermelho, trazendo destaque para planta e exalando um suave perfume em seu entorno, que atrai vários insetos lambedores, que se alimentam do néctar e pólen produzidos pelas flores, além de fecundá-las. Posteriormente, ao final do período de flora entre novembro a janeiro, desenvolvem-se vários frutos em forma de vagem com espinhos, contendo no seu interior uma ou duas sementes que ao amadurecerem começam a secar em forma de espiral, passando da cor verde para o marrom, abrindo-se no final do processo em um violento estalo, arremessando no solo as sementes, que serão dispersadas na floresta pelos ventos, chuvas e animais. A constante reprodução desta planta ao longo do tempo culminou em milhões de exemplares que estavam abundantemente espalhadas na região litorânea da Mata Atlântica brasileira.

Figura 2 – pau-brasil / paubrasilia echinata



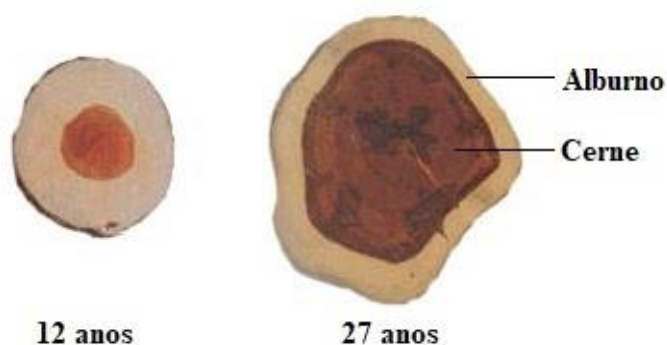
Fonte: RHIND, William. **History Of The Vegetable Kingdom**. Illustrated Colour 1º Ed. 1855.

O pau-brasil na sua fase adulta apresenta um tronco com circunferência que varia de 40 cm a 70 cm de diâmetro, sendo recoberto externamente por uma casca acastanhada, armada com espinhos agudos, curtos e esparsos. Internamente o caule apresenta um cerne escuro e avermelhado, envolvido por uma espessa camada de alburno. O naturalista Lamarck descreve que a madeira extraída dessa árvore é muito pesada, bem seca, e crepitante ao fogo,

³³ **Árvore pau-brasil: História e Curiosidades**. IBF, Instituto Brasileiro de Florestas. 2006. Não paginado. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

onde praticamente não faz fumaça devido à sua natureza dessecada, sendo própria para obras de torno por ser imputrescível e ter um ótimo acabamento em madeira polida, porém, seu uso principal é para o tingimento na cor avermelhada, sendo neste aspecto um forte objeto de comércio.³⁴ Warren Dean menciona que a característica tintorial do pau-brasil se deve pela presença da substância *Brazilina* no seu “miolo”, de onde é extraída uma intensa e valiosa tinturaria de cor vermelho, “No primeiro corte, o cerne do tronco exibe um brilho dourado e depois se torna vermelho alaranjado brilhante. Quando mergulhado em água imediatamente torna-se violeta avermelhado.”³⁵ Para o europeu essa característica tintorial lhe tornou especial dentre as demais árvores do Novo Mundo, pois no século XVI existia uma grande demanda europeia por corantes naturais, que eram usados principalmente para o tingimento de tecidos finos, gerando lucros vultosos para os países fornecedores destes paus-de-tinta, já que os corantes sintéticos só surgiriam na segunda metade do século XIX. Em vista disso, o pau-brasil passou a ser muito cobiçado e popular nos mercados de tinturaria europeu, mesmo que tenha sido considerado pelos mestres de tinturaria como sendo uma “tintura menor” ou falsa (*petit teint*), por ser muito solúvel, sendo necessária a adição alguns ácidos para torna-se uma cor mais sólida. Segundo Dean “O potencial para o comércio moderado dessa espécie única era, portanto, promissor.”³⁶

Figura 3 - Corte transversal de árvores de pau-brasil.



Disponível em: <http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com/2015/01/pau-brasil.html>

Os colonizadores portugueses ao perceberem que poderiam ter lucros vultosos, comercializando pau-brasil do Novo Mundo no mercado europeu, decidiram realizar

³⁴ MURALT. *A árvore que...*, op. cit., 2006, p. 187.

³⁵ DEAN, *A Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 63.

³⁶ DEAN, *A Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 63.

imediatamente a sua exploração, porém, derrubar árvores gigantes exigia muita mão de obra para a ser empregada na empreitada, em vista disso, eles passaram a negociar com os nativos o seu envolvimento nos trabalhos, pagando-os pelos serviços com algumas ferramentas europeias como foices, machados e serras. A historiadora Joelza Ester Domingues, destaca que a derrubada e desbaste destas árvores na mata era bastante árdua e penosa para com os indígenas, devido a imponência das árvores em questão que eram dotadas de um tronco demasiadamente largo, com uma madeira duríssima e pesada, além de estarem localizadas as vezes muito distantes das praias onde estavam ancorados os navios europeus.

[...] era trabalho árduo considerando-se o tamanho das árvores, a espessura dos troncos e seu peso. Os troncos, duríssimos, variando de 20 a 30 metros de altura, depois de cortados, eram transformados em toras de cerca de 1,5 metros que podiam pesar até 30 quilos cada uma. Jean de Léry descreveu o trabalho estafante dos índios nas lides do pau-brasil que carregavam nos ombros nus por duas a três léguas (de 13 a 20 quilômetros). Em troca desse serviço, os nativos recebiam facas, espelhos, miçangas, tesouras, agulhas, foices e, decerto, machados de ferro para cortarem os troncos.³⁷

O trabalho dos índios era muito útil ao europeu na extração de pau-brasil, pois a empreitada de extrair esta madeira revelou-se ser bastante árdua. Certamente localizar e cortar árvores no meio da mata, era antes de tudo um trabalho muito melindroso, devido a floresta ser o lar de seres vivos perigosos ao homem: serpentes, aranhas, escorpiões, lacraias, sapos venenosos, taturanas, vespas, abelhas, marimbondos, formigas, onças e demais espécies, que poderiam facilmente causar acidentes ou matar qualquer um que não tenha experiência em caminhar pela selva. Além disso a relação de trabalho estabelecida entre indígenas e portugueses a luz do escambo mostrava-se ser benéfica para os lusitanos devido ela ser relativamente barata. Logo, os nativos por viverem na floresta e terem uma maior experiência em se deslocar por ela, e o custo do seu serviço ser relativamente modesto, tornava esses indivíduos mais aptos para este difícil trabalho.

Após localizarem os gigantes arbóreos, os nativos davam início a sua derrubada, contudo, estes povos ainda desconheciam o domínio do ferro e estavam equipados apenas com rústicos machados de pedra, e é difícil acreditar que estes rudimentares instrumentos suportassem o grande desgaste ao serem usados como ferramenta de corte para se tombar árvores com troncos largos e madeira tão dura. Diante disso, nos fica a seguinte questão:

³⁷ DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

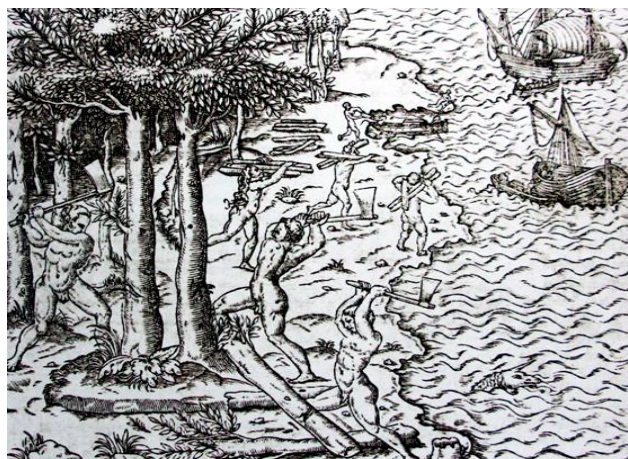
como os índios faziam isso? Possivelmente a resposta veio por meio de um artigo publicado em 1906 pelo naturalista suíço-alemão Emílio Augusto Goeldi, diretor do Museu Paraense (1894-1907), que escreveu sobre a sua surpresa ao constatar que no início do século XX ainda perseverava entre os intelectuais do instituto IHGB, a ideia “absurda” de que os nativos do século XVI derrubavam tais árvores apenas com esses apetrechos em pedra lascada. Para solucionar o caso Goeldi buscou respostas nas tribos indígenas remanescentes da Amazônia, que ainda usavam o machado de pedra na época para se derrubar as grandes árvores na floresta Amazônica.

O processo de derrubada de uma árvore previamente escolhida, ocorre na época da abundância de seiva, desbastando e removendo com o machado de pedra a casca e o córtice até a profundidade da entrecasca, através de esmagamento em linha circular da parte pouco acima do solo, buscando o efeito de uma ligadura que interrompa a circulação da seiva e logre secar e matar a árvore. Algum tempo depois, quando se chega ao aspecto desejado, é que começa o efetivo trabalho de derrubada. No mesmo lugar do anel esmaga-se com o machado de pedra uma camada moderada da área periférica de madeira, daí ateia-se ao redor da árvore um fogo baixo alimentado com certa semente de palmeira, cuidadosamente mantido e controlado em duração e intensidade, posto que nesse processo, em primeiro lugar, se pretende não mais que: 1. a retirada do bagaço na operação anteriormente descrita; 2. a carbonização de uma nova camada circular moderada mais interior de madeira. Depois disso, o fogo é apagado e começa a segunda rodada de esmagamento com o machado, que mais tarde será de novo e da mesma forma substituído pela ação do fogo. E assim por diante, alternando-se esmagamento e carbonização, até a vitória completa sobre o gigante arbóreo. A operação, embora durando alguns dias, é executada de forma tão habilidosa, que o tronco e a área de corte da árvore não ficam muito diferentes das daquelas que fossem derrubadas com um moderno machado de aço.³⁸

A engenhosidade indígena estava em saber enfraquecer a base da árvore, combinando o uso do fogo e o machado de pedra para e esmagar a madeira queimada na área de corte, isto possibilitou que estas imensas árvores fossem tombadas, todavia, este trabalho poderia levar desde algumas horas até um dia inteiro para se tombar um único exemplar. Sendo assim, provavelmente os nativos do século XVI usarem a mesma técnica. Nesse sentido é possível imaginar a grande morosidade que era trazer os troncos de pau-brasil de dentro da floresta até a costa, o que deixava impaciente europeus, que queriam carregar rapidamente suas caravelas com essa matéria-prima e partir para a Europa para comercializá-la.

³⁸ GOELDI, E. A. **Sobre o uso dos machados de pedra de índios sul-americanos, especialmente amazônicos, atualmente existentes.** In: Congresso Americanista Internacional, Décima Quarta Conferência, Stuttgart 1904. p. 441-444. trad. Revista Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém (PA), Ago. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100011>>. Acesso em: 05 abr. 2021

Figura 4 - Exploração de pau-brasil no litoral da América portuguesa.



Fonte: THEVET, André. **Les Singularités de la France Antarctique (1558), (As Singularidades da França Antártica)**. trad. Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

Sem demora, a harmonia sinfônica da floresta composta pelos cantos de pássaros e os sons dos animais, foi sendo progressivamente perturbada pela fumaça de madeira queimando e o barulho dos sucessivos golpes de machadados, que os índios aplicavam nos troncos das gigantes árvores de pau-brasil espalhadas pelo litoral, que ao serem violentamente derrubadas acabavam esmagando tudo no seu caminho, produzindo sons de madeira se partindo com um enorme estrondo no final, que sacudia a redondeza e atormentava toda a vida local.³⁹ A queda destes gigantes arbóreos fazia com que outras árvores no entorno fossem acidentalmente derrubadas, devido elas estarem entrelaçadas uma as outras por grossos cipós, um descuido nessa hora poderia resultar em algum índio esmagado ou algum acidente sério. O resultado final era o surgimento de clareiras abertas na densa mata, estes “buracos” no meio da floresta denunciavam a devastação ambiental que o homem iniciara sobre o meio ambiente local.

Com as imensas árvores derrubadas prosseguia a sua violenta mutilação, onde os índios mais fracos fisicamente ficariam encarregados de cortar os galhos menos espessos e de retirar as suas folhas e espinhos, enquanto que os indivíduos mais fortes do grupo continuariam a dividir o largo e duríssimo tronco em toras de 1,5 m. O desbaste deste vegetal produzia consequentemente, um cenário macabro na floresta, onde a árvore de pau-brasil “sangrava” a cada corte feito no seu tronco e galhos, soltando uma intensa resina no seu entorno, que sujava de vermelho os machados e os corpos de todas as pessoas envolvidas, marcando-os como os responsáveis pela morte de um ser vivo com idade de séculos de existência. Após concluírem o cruel desmembramento da árvore, o próximo passo a se fazer

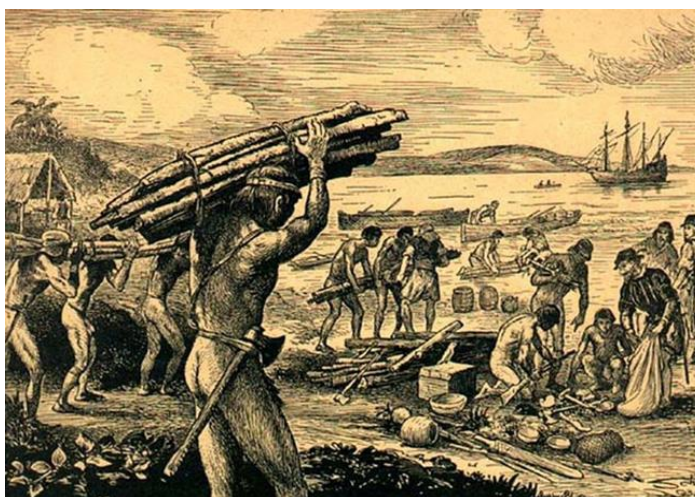
³⁹ DEAN, A Ferro e..., op. cit., 2004, p. 63.

era o exaustivo transporte da madeira de dentro da floresta até a costa.⁴⁰ O contrabandista francês de pau-brasil Jean de Lerry descreveu em *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil, 1578*, algumas das dificuldades que os nativos tinham de enfrentar nesta difícil etapa.

Quanto ao modo de carregar os navios com essa mercadoria, direi que tanto por causa da dureza, e conseqüente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem cavalos, asnos nem outros animais de tiro para transportá-la, é ela arrastada por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens, não poderiam, nem sequer em um ano, carregar um navio de tamanho médio.⁴¹

Dependendo da localização da árvore tombada e o ponto de embarque, o trajeto a ser percorrido pelos indígenas poderia variar entre 5 km a 15 km de caminhos tortuosos na densa floresta, onde eles carregavam nas suas costas vários pedaços de pau-de-tinta amarrados com cipós, esta carga poderia chegar a pesar até 30 kg sobre seus corpos. O circuito passava por trilhas que apresentavam serras íngremes, infestada de insetos e animais peçonhentos e outras feras, além disto, em algumas ocasiões eles teriam de fazer a travessia de rios sinuosos que estavam infestados de jacarés-de-papo-amarelo, que esperavam pacientemente dar o “bote” nos indivíduos mais desatentos que cruzassem o seu caminho. Todos esses obstáculos demonstram que o transporte da madeira de tinturaria do interior da floresta até a praia, era também uma etapa bastante puxada e perigosa.⁴²

Figura 5 – Indígenas trocando pau-brasil por ferramentas europeias.



Disponível em: <https://comunidadeheisenberg.blogspot.com/2018/01/brasil-pre-colonial.html>

⁴⁰ DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

⁴¹ MURALT. *A árvore que...*, op. cit., 2006, p. 178.

⁴² DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

Após superarem todas as adversidades da selva e enfim chegarem à costa, os indígenas entregavam aos marujos europeus todo o pau-brasil em troca das bugigangas. A historiadora Joelza Domingues é enfática ao afirmar que “[...] *O papel dos índios foi fundamental no processo de exploração do pau-brasil, pois eram eles que derrubavam as árvores, cortavam as toras e as transportavam para os navios.*”⁴³ Esse árduo trabalho era considerado inviável ou até impossível de ser feito pelas debilitadas tripulações de navegadores europeus, tendo em vista que estes navegantes chegavam às américas em um estado deplorável de saúde que após as longas viagens marítimas: famintos, desnutridos e doentes.

Posteriormente com a derrubada de algumas árvores gigantes de pau-de-tinta e o transporte das toras para os porões de um navio da frota de Cabral, foi dada a ordem a esta embarcação de regressar a Portugal, para notificar o rei Dom Manuel I da descoberta das novas terras, e da existência do abundante pau-de-tinturaria na região, sendo enviada a Coroa uma amostragem da madeira, que confirmaria para o rei português a possibilidade de se obter bons lucros com a exploração desta planta nas novas terras descobertas.

3- A Guerra pela posse do novo território e a defesa do monopólio real: A exploração do pau-brasil no período pré-colonial

Em Lisboa o rei Dom Manuel I recebeu com frustração os detalhes da “descoberta” do novo continente denominado por Cabral de *Terra de Vera Cruz*, o motivo da frustração justificava-se pela forma como foi representado ao rei português o Novo Mundo: papagaios, macacos, frutos exóticos, “selvagens” despidos na floresta, e a ausência de metais preciosos, muito pouco, se comparado aos lucros esperados do comércio de especiarias. Neste momento a Coroa lusitana estava mais interessada em estabelecer uma nova rota marítima, que daria acesso ao lucrativo comércio de especiarias das Índias, e a exploração do litoral africano. No entanto, o recebimento das primeiras toras de pau-brasil, e a informação da sua abundância no litoral do Novo Mundo, demonstrava ser um negócio altamente lucrativo para os portugueses, podendo gerar uma receita importantíssima em um reino com recursos limitados.⁴⁴ Em razão disso, o monarca lusitano enviou sucessivamente, três expedições para o reconhecimento da

⁴³ DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

⁴⁴ DEAN, *A Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 64.

costa brasileira, e em 29 de julho de 1501, comunicou em carta aos reis católicos da “descoberta” do Brasil, referindo-se, àquela região como *Terra de Santa Cruz*. A coroa portuguesa estava confiante que a posse das novas terras estava baseada na prioridade do descobrimento, e pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 pelo papa Alexandre VI. Este acordo determinou a divisão das terras do novo continente entre Portugal e Espanha. Porém, esse acordo não garantia que outras nações iriam respeitar este contrato. Outra medida tomada pela Coroa portuguesa foi impor a partir de 1501 o monopólio real sobre o pau-brasil nas terras em que havia tomado posse, permitindo a sua extração somente para aqueles que detivessem um documento com autorização do rei de Portugal. Desse modo, a divisão e arrendamento do território da *Terra de Santa Cruz* foi sendo feita pela Coroa mediante a consórcios com os cristãos-novos, liderados pelo mercador Fernando de Noronha, que foi agraciado em 1504 com a capitania do arquipélago que hoje traz o seu nome. O contrato de arrendamento de extração de pau-brasil feito a Noronha foi renovado até 1511, que depois foi transferido para Jorge Lopes Bixorda, de 1513 em diante, permitiu-se a livre exploração desta madeira mediante o pagamento do quinto (20%) ao rei português⁴⁵.

Estes concessionários portugueses ao serem agraciados pela Coroa lusitana com o direito de exclusividade exploratória sobre o pau-brasil no litoral da *Terra de Santa Cruz*, não imaginavam o quão trabalhoso seria essa empreitada, contudo, além das dificuldades já discutidas anteriormente, com o passar do tempo alguns empecilhos na extração dessa planta ainda persistiam nos trópicos: as embarcações ancoradas na costa desperdiçavam muito tempo e dinheiro esperando os índios derrubarem com suas machadinhas em pedra lascada essas árvores e trazer a madeira até a praia, para que depois fossem devidamente trocadas por ferramentas europeias, e só depois é que esses paus eram finalmente embarcados nos navios. A grande morosidade fazia com que a partida para a Europa fosse sempre adiada, obrigando os marujos a consumirem diariamente os alimentos fornecidos pelos nativos, já que os suprimentos do navio eram de baixa qualidade, todavia, estas iguarias tropicais só eram entregues ao europeu quando fosse devidamente trocada pelo dito escambo, o que gerava ainda mais despesas.⁴⁶ Não obstante, existia em algumas partes do litoral Novo Mundo uma grande hostilidade de certas tribos indígenas para com forasteiros, sendo comum que estes “selvagens” realizassem ataques ferozes ao desembarque dos europeus, impossibilitando assim a extração de pau-brasil na localidade. Estes transtornos provocavam atrasos e despesas

⁴⁵ DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

⁴⁶ Idem, não paginado.

adicionais, tornando ainda mais onerosa a extração do pau-brasil, diminuindo assim a margem de lucro dos concessionários de pau-brasil. Sendo assim, os portugueses adotaram algumas medidas para resolver estes dilemas, a primeira delas foi passar a oferecer aos indígenas através do escambo algumas ferramentas de corte de metal, como o machado de ferro, machadinhas e serrotes; que reduziram drasticamente o tempo e o esforço gasto dos índios na derrubada das árvores, em outras palavras, a tarefa de derrubar uma árvore de pau-brasil e desbastá-lo que antes levava horas para ser concluída, agora seria feita em até oito vezes mais rápido.⁴⁷ Isto acabou acelerando o ritmo de árvores abatidas em um único dia, e possibilitou que os nativos trouxessem um volume maior de pau-de-tinta até a praia, onde toda a madeira seria embarcada nos navios que chegavam para buscá-la. Segundo o escritor Eduardo Bueno; além dos machados, os anzóis tornaram a pesca mais fácil e as facas se revelaram de grande utilidade contra os perigos e desconfortos da floresta, bem como algumas outras bagatelas (tesouras, serras e, etc.). *“E eles ansiosos por obterem os cobiçados objetos de metal, muitas vezes se antecipavam à chegada do europeu, e abatiam várias centenas de árvores para serem trocadas pelos ditos utensílios.”*⁴⁸ Contudo, Warren Dean nos chama atenção que o forte interesse indígena no engajamento do escambo com os europeus para obter essas ferramentas de ferro, também trouxe sérios prejuízos para o meio ambiente local.

[...] um grupo caingangue residente no Paraná, que havia recebido ferramentas de aço apenas na metade do século XX, lembrava-se de que não mais tinha de escalar árvores, outrora uma atividade muito frequente, para apanhar larvas e mel. Muitos dos que caíam das árvores morriam – agora eles simplesmente derrubavam as árvores.⁴⁹

Além disso, para manter os nativos dependentes dos utensílios de ferro os portugueses ameaçavam reiteradamente os ferreiros suspeitos de estarem usando parentes tupis como aprendizes.⁵⁰ Por outro lado, os nativos desdenhavam do desejo europeu de acumulação de bens, o francês Jean de Lery registrou a manifestação de desprezo que um tupi demonstrou a demanda ilimitada dos europeus por madeira de corante.

[...] vocês franceses são uns grandes idiotas; precisam sofrer tanto para cruzar o mar, no qual (como você nos contou) suportaram tantas privações, apenas para ajuntar

⁴⁷ DEAN, *A Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 65.

⁴⁸ BUENO. *Náufragos, traficantes...*, op. cit., 1998, p. 66.

⁴⁹ DEAN, *A Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 65.

⁵⁰ Idem, p. 65.

riquezas para seus filhos ou para aqueles que vão sucedê-lo? A terra que alimente vocês, não será suficiente para alimentá-los?⁵¹.

Mesmo não compreendendo os europeus, o fato é que os tupis não eram conservacionistas no sentido de poupar os recursos naturais para a gerações vindouras.⁵²

Figura 6 – Extração de pau-brasil na costa brasileira



Fonte: BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. p. 66.

Outra medida adotada foi fundar entrepostos fortificados espalhados pela costa brasileira, centralizando e dominando o comércio dos produtos locais para o reino, estes armazéns ficaram conhecidos como *feitorias*, que consistiam em rústicos galpões de madeira, cercados por uma barreira defensiva feita de estacas de madeira pontiagudas. Cada feitoria era guarnecida por alguns poucos soldados e o resto era composto por pessoas tidas como a escória da sociedade portuguesa, os “indesejáveis da Coroa”, criminosos que receberam como punição o degredo para Novo Mundo. Estes indivíduos passavam o ano comercializando com os índios a troca de quinquilharias por pau-brasil e alguns outros produtos da terra (macacos, papagaios, penas e, etc.), e aguardavam que uma embarcação lusitana viesse buscar todo o material estocado para ser enviado a Lisboa, em pouco tempo esses trabalhadores ficariam conhecidos na Europa como os “brasileiros”.⁵³ A administração da feitoria era chefiada a um “feitor” (1501 a 1548), que era encarregado de supervisionar a troca das bagatelas por pau-de-tinta em nome do rei português com os nativos, além de cobrar impostos (20%) o quinto, e

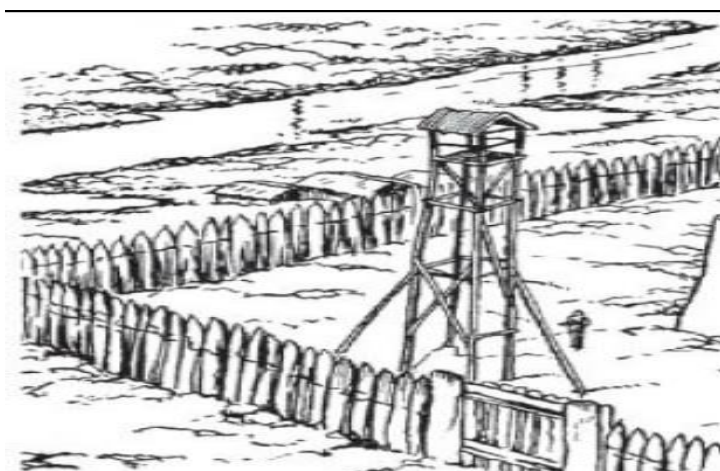
⁵¹ Ibidem, p. 65.

⁵² DEAN, A Ferro e..., op. cit., 2004, p. 66.

⁵³ BUENO. *Náufragos, traficantes...*, op. cit., 1998, p. 67.

fiscalizar o carregamento dos navios que chegavam anualmente para recolher todo o material estocado. Outra função do rústico depósito fortificado era de servir como local de refúgio aos “brasileiros” dos possíveis ataques de tribos hostis a sua presença na região, além dos outros inimigos vindos por mar como piratas e corsários de outras nações europeias, que sempre tentavam saquear a casa-forte ou os navios que zarpavam dela carregados com pau-brasil para Portugal. Segundo Domingues “Em 1519, havia três feitorias no Brasil: em Cabo Frio, Rio de Janeiro e Pernambuco. Provavelmente havia uma quarta, na baía de Todos os Santos.”⁵⁴

Figura 7 – Feitoria do século XVI



Fonte: BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. pa. 49.

O fato da *Terra de Santa Cruz* ter um litoral com aproximadamente 8.000 quilômetros de extensão, e possuir apenas 3 ou 4 grandes feitorias portuguesas ao longo da primeira metade do século XVI, não era obra do acaso ou desleixo dos “brasileiros”, pois estes armazéns fortificados em sua maioria não duravam muito tempo, apenas alguns meses, já que a exploração de pau-de-tinta tinha de ser necessariamente nômade, devido à floresta próxima a esses entrepostos ser explorada intensamente, e em pouco tempo esgotar-se, somente nas localidades em que havia uma grande abundância de pau-de-tinturaria foi que estas rústicas fortalezas ganharam uma sobrevida maior. Vale ressaltar que as quatro maiores feitorias lusitanas estavam edificadas estrategicamente em regiões litorâneas em que se havia um bom porto natural, onde as embarcações portuguesas pudessem fundear em uma área que oferece um local seguro das ondas e correntes marítimas, enquanto eram reabastecidas com

⁵⁴ DOMINGUES. **A lucrativa explo...**, op. cit., 2017, não paginado.

suprimentos e carregadas com centenas de toras de pau-brasil. Ademais teria de ter próximo aos portos uma boa fonte de água fresca de qualidade, para saciar a sede dos viajantes e tratar os doentes. Portanto, o local onde era fundado estas casas-fortes era antes meticulosamente planejado pelos “brasileiros”, para que fosse garantido o sucesso na exploração de pau-brasil com o mínimo de custos possíveis. No entanto, a extensa costa da nova colônia era grande demais para que algumas poucas feitorias lusas fizessem todo o policiamento e a defesa do “monopólio real do pau-brasil”, o que acabou tornando frágil a soberania portuguesa sobre o seu novo território.

A chegada de uma nau portuguesa a uma feitoria era um grande evento, quando o navio fundeava os doentes e feridos eram tratados com uma boa água doce e alimentos frescos, e ganhavam algum repouso, enquanto isso os demais marujos auxiliados por brasileiros e indígenas, se engajavam pelos próximos dias em retirar do estoque da rústica fortaleza, centenas de toras de pau-brasil que foram armazenadas durante meses para serem acomodadas dentro da embarcação, onde cada nau portuguesa teria capacidade de se transportar nos seus porões até 5 mil toras de pau-de-tinturaria. Além disso, os nativos traziam da floresta diversos considerado exóticos (aves, macacos e papagaios) que seriam engaiolados e levados para Europa, onde serviriam como forma de entretenimento para os europeus, além de várias peles de onças e alguns outros animais que seriam usados como peças de decoração para os lares mais abastados.⁵⁵ Logo após o navio ser devidamente carregado, com suprimentos, água, e as mercadorias tropicais, por fim fazia-se a escrituração e o controle de tudo, sendo finalmente dada a permissão ao capitão de zarpar para sua longa viagem de volta para a Portugal.

Depois da “descoberta” do Brasil em 1500 tornou-se comum retornar periodicamente a Lisboa várias embarcações lusitanas vinda dessa região carregadas com pau-brasil no seu lastro, que ao serem descarregadas nos portos da metrópole portuguesa se era pago imediatamente os devidos tributos do rei, e a carga era rapidamente revendida para os diversos mercados da Europa. O pau-brasil da *Terra de Santa Cruz* causavam grandes alvoroços no comércio de tinturaria europeu, por serem abundantes e muito mais baratos que os paus vermelhos de origem asiática: *pau-de-Sapan*, que eram comercializados a preços elevados em Constantinopla ou em Alexandria.⁵⁶ Para os concessionários portugueses esse empreendimento rendia boas margens de lucro, pois além dessa madeira se empregada como

⁵⁵ DEAN, A *Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 67.

⁵⁶ MURALT. A *árvore que...*, op. cit., 2006, p. 178.

meio de se obter tinturaria o pau-brasil e algumas outras madeiras da Mata Atlântica também eram muito apreciadas pelos franceses no ramo da marcenaria.⁵⁷

A comercialização do pau-brasil na Europa movimentava grandes somas, e o meio de pagamento mais adequado para essas transações no início do século XVI era através das moedas de ouro europeias. De acordo Muralt cada “quintal”⁵⁸ de pau-brasil custava aos empreendedores entre 1/2 ducados e era revendido para Flandres, Castela ou Itália por 2 e 1/2 ou 3 Ducados.⁵⁹ O Ducado era uma moeda de 3.5g de ouro, com um grau de pureza de 98,6%, e era cunhado em vários estados europeus durante os séculos XV e XVI, sendo amplamente aceito em toda a Europa.⁶⁰ Nesse sentido, Warren Dean estima que nos primeiros anos de exploração os portugueses coletaram 1.200 toneladas anuais dessa madeira, e em 1588 já se registrava a marca de 4.700 toneladas de pau-brasil passando pela aduana portuguesa, este crescimento segundo Dean demonstra que “O comércio era maravilhosamente lucrativo, já que o rei havia providencialmente fechado o mercado a madeira de corante”. Os lucros eram tão promissores, que este negócio fazia com que concessionários portugueses e traficantes franceses atravessassem o atlântico em busca do pau-brasil no “Novo Mundo”.

Por mais que Portugal tentasse manter o controle e o segredo sobre a lucrativa exploração de pau-brasil na *Terra de Santa Cruz*, não demorou muito para que eles fossem descobertos por outras nações europeias. A historiadora Joelza Domingues cita que em junho de 1503, o capitão francês Paulmier de Gonneville armou um navio de 120 toneladas, o L’Espoir (o Esperança), para saquear especiarias no mercado indiano. Entretanto, devido a uma tempestade no oceano atlântico ele acabou sendo impossibilitado de manter o rumo da sua rota original, e arribou na costa do Brasil. O L’Espoir fundeou na costa da região hoje compreendida como o norte de Santa Catarina, onde permaneceu seis meses ancorado. Contudo, foi na baía de Todos os Santos que ele foi abastecido com uma boa carga de pau-brasil. Mas, no seu retorno à Europa, a embarcação foi atacada primeiro por piratas ingleses e depois por piratas bretões. O resultado foi que em maio de 1505, os poucos sobreviventes do

⁵⁷ DEAN, A Ferro e..., op. cit., 2004, p. 64.

⁵⁸ DIAS, Thiago Alves. **O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes:** escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII. [Revista USP, [S. l.], n. 177, p. 1-39, 2018. p. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.133277>>. acesso em: 25 abr. 2021

⁵⁹ MURALT. **A árvore que...**, op. cit., 2006, p. 178

⁶⁰ **Ducado (moeda)** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <[https://gl.wikipedia.org/w/index.php?title=Ducado_\(moeda\)&oldid=5828166](https://gl.wikipedia.org/w/index.php?title=Ducado_(moeda)&oldid=5828166)>. Acesso em: 3 mai. 2021.

L'Espoir chegaram a pé em Honfleur sem navio e sem carga. Embora a viagem de Gonville tenha sido um fracasso comercial total, ela definitivamente alertou os franceses para a existência de pau-brasil nas novas possessões portuguesas.⁶¹ Em consequência disso, o rei francês Francisco I, passou a contestar o Tratado de Tordesilhas, pois julgava ser um acordo arbitrário dividir o Novo Mundo apenas entre Portugal e a Espanha, e autorizou que corsários franceses passassem a invadir as terras lusas no Oriente e na América. Logo, os franceses passaram a invadir as possessões portuguesas em busca de traficar o máximo de *batôn-brésil* possível. Este ato levaria a uma crise diplomática entre estes os dois Estados, pois Portugal não admitia que os filhos de outras nações pusessem o pé em suas terras no além-mar, em vista disso, seria inevitável que mais adiante estas duas nações entrassem em sangrentas batalhas pela posse da *Terra de Santa Cruz*, e o controle sobre o rentável negócio do pau-brasil.⁶²

Segundo o historiador Capistrano de Abreu em *Capítulos da história colonial*⁶³, a presença dos franceses na *Terra de Santa Cruz* prejudicava seriamente os negócios lusitanos nos mercados europeus, devido eles oferecerem os gêneros traficados da América Portuguesa a preços mais vantajosos, pois não tinham o quinto a deduzir, e levarem esses produtos diretamente aos mercados consumidores, por não serem obrigados a parar em Lisboa.⁶⁴ Não obstante, nas terras brasílicas, os gauleses consolidaram uma aliança com as tribos indígenas inimigas dos portugueses: os Potiguaras no Norte e os Tupinambás ao Sul, que logo passaram a dar total apoio a eles na extração do pau-brasil, e se habituaram às mercadorias francesas. Diante de tamanha ameaça, Portugal decide enviar entre 1516 a 1526 três expedições guarda-costas com o objetivo de preservar a sua soberania nas novas terras, e garantir o seu domínio sobre o rentável monopólio real do pau-brasil. A primeira expedição foi comandada pelo experiente navegador Cristóvão Jacques (1480–1530), que recebeu a missão de explorar o litoral da nova colônia e de repelir a presença dos franceses que haviam se estabelecido no litoral. Na sua primeira visita a coube a Jacques em 1516, por determinação Real, erguer na área conhecida como “Porto de Pernambuco”, “uma casa de minha feitoria” chamada Itamaracá, para o “trato do pau-brasil”. Esta foi a primeira estrutura de defesa fixa portuguesa no litoral da capitania pernambucana. Posteriormente, ele acabou aprisionando alguns

⁶¹ DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

⁶² DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

⁶³ ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

⁶⁴ Idem, p. 28.

franceses em suas patrulhas pelo litoral brasileiro, e voltou a Portugal. Contudo, com o passar do tempo a pirataria francesa continuava a crescer e avançar nas áreas mais remotas do litoral, e tornou-se cada vez mais hostil aos portugueses, onde eles (franceses) passaram a realizar ataques as feitorias lusas com seus aliados indígenas, visando saquear os depósitos fortificados e desestabilizar o domínio português sobre a *Terra de Santa Cruz*. Então uma segunda missão guarda costa (1521–1522) é enviada para se tentar ter algum controle na região, que acabou não dando muitos resultados. Mas, em maio de 1527, a Coroa portuguesa farta dos estrangeiros “vis e infames” que atacavam e se apoderavam das feitorias lusitanas, decide despachar uma terceira e notável expedição guarda-costas capitaneada mais uma vez por Jacques, sendo composta dessa vez por quatro Naus muito bem armadas e uma caravela, onde ele ao zarpar de Lisboa mandou a dita caravela para a Guiné para ser carregada com escravos, enquanto o resto da frota iria se dirigir para Pernambuco. Contudo, quando a esquadra portuguesa chega a feitoria de Itamaracá logo são alertados pelo naufrago espanhol D. Rodrigo de Acuña que vários navios franceses estavam carregando pau-brasil na baía de Todos-os-Santos, o que fez com que Jacques partisse imediatamente com suas Naus para atacar os “infames” traficantes de pau-brasil, no entanto, no início de junho ao chegar na entrada da baía, avistou três navios gauleses estacionados, sendo que um deles era a sua caravela que ele havia mandado para a Guiné! Que acabou sendo capturada pelos corsários franceses antes de chegar ao seu destino, onde eles “deitaram ao mar” toda a sua tripulação. Jurando vingança, Jacques parte para o ataque com sua esquadra armadas “até os dentes” contra a frota francesa, onde se travou um combate violentíssimo a disparos de canhão que perdurou um dia inteiro, no qual a armada portuguesa sai vitoriosa. O resultado da batalha foi várias pessoas desaparecidas, dezenas de mortos e mais de trezentos franceses que haviam se rendido feitos prisioneiros, contudo, Cristóvão Jaques iria deixar sua marca na história não pelas suas habilidades como capitão ou pela sua gloriosa vitória, mas sim pela crueldade com que tratou os infelizes traficantes franceses de pau-brasil.⁶⁵ Um ano depois, alguns sobreviventes conseguiram retornar à França, e fizeram um relato dramático do evento para o rei Francisco I.

[...] depois de afundados os nossos navios [um dos quais era do próprio Jaques, capturado pelos franceses na costa da Guiné], alguns de nossos súditos se saíram à terra e se meteram nas mãos dos selvagens. Antes, outros dos nossos súditos se meteram nas mãos e mercê dos ditos portugueses, esperando ser deles melhor

⁶⁵ DOMINGUES. *A lucrativa explo...*, op. cit., 2017, não paginado.

tratados, porém eles, os ditos portugueses, enforcaram alguns dos nossos súditos e outros meteram e enterraram até os ombros e o rosto e depois os martirizaram cruelmente a setadas e tiros de espingarda.⁶⁶

Vinte prisioneiros enforcados, vários desaparecidos, outros entregues aos antropófagos selvagens, e algumas outras pessoas sendo enterradas na areia da praia deixando apenas a cabeça de fora, para servirem como alvo para os disparos de flechas e tiros de mosquete até que matassem todos, para divertimento de Jacques. Esta foi a selvageria que deixou o rei francês Francisco I furioso, e a cristandade europeia horrorizada, com o tratamento que o cruel capitão lusitano tinha dado aos traficantes de pau-brasil que tinham se rendido. Diante disso, o monarca francês envia uma carta rei de Portugal cobrando providências, entretanto, D. João III não concede nenhuma concessão, mas decide destituir Cristóvão Jacques do seu cargo e exige seu regresso imediato. “Os requintes de crueldade com os quais Jaques tratara os franceses na Bahia acabariam fazendo com que ele caísse em desgraça na Corte.”⁶⁷ O incidente de junho de 1527 no litoral da Bahia demonstra que as diversas batalhas que envolveram portugueses e franceses, que se digladiavam pelo domínio da *Terra de Santa Cruz*, estava ligado diretamente a rentável exploração do pau-brasil. Para os gauleses o contrabando desse pau-de-tinta era bom demais para ser entregue “de mão beijada” aos lusitanos, enquanto que para os portugueses era essencial defender seu território e combater o tráfico de pau-brasil, e por último mais não menos importante estava os indígenas que tentavam se aliar e sobreviver a invasão das suas terras por potências europeias.

4- Colonizar a América portuguesa ou perdê-la! A exploração do pau-brasil no período colonial (1530-1600)

A atração que exercia as praias da América portuguesa, bem como a sua imensa dificuldade em policiar-la, e principalmente em ocupar tão vasto território representaram um enorme desafio para Portugal. A Coroa diante das constantes invasões em suas terras além-mar por estrangeiros e o prolongamento dos violentíssimos combates contra os traficantes de pau-brasil ao longo do período pré-colonial, acabou forçando Portugal a adotar uma nova

⁶⁶ Carta de Francisco I ao embaixador francês em Lisboa, 6 set. 1528. In: BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados:** as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. pag. 104.

⁶⁷ BUENO. **Náufragos, traficantes...**, op. cit., 1998, p. 87.

política de colonização das suas possessões no ocidente, ou seja, colonizar e ocupar a *Terra de Santa Cruz* ou perdê-la! Desse modo, o rei D. João III impõe em 1534 o regime de capitânicas hereditárias, e divide o território da colônia em doze capitânicas, e as distribui entre doze particulares denominados *capitães-donatários*, onde cada donatário poderia explorar os recursos naturais da sua respectiva capitania, mas ficava encarregado de povoar e protegê-la contra os invasores, além de estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar. Por meio da carta Foral ficou definido quais eram os tributos a serem pagos pelos colonos além de determinar o que pertencia à Coroa portuguesa e ao donatário; se descobertos metais ou pedras preciosas 20% seriam da Coroa, e ao donatário caberiam 10% dos produtos do solo. Além disso, a Coroa ainda teria o monopólio do comércio do pau-brasil e de especiarias. Quanto ao donatário, este poderia doar sesmarias a outros lusitanos que pudessem colonizá-las e defendê-las, tornando-se assim colonos. No entanto, o historiador Thiago Alves Dias em *O Negócio do pau-brasil, A sociedade mercantil Purry*, cita que na carta de doação da Capitania de Pernambuco em 1534, D. João III deixou claro ao donatário Duarte Coelho e conseqüentemente aos demais, que o pau-brasil de Pernambuco, especiaria ou drogarias de qualquer qualidade que seja, pertencia exclusivamente à Coroa.⁶⁸ O monarca a desejava a todo custo manter o monopólio de comercialização do pau-brasil sob suas mãos, que garantiria uma importante receita para seus cofres, e ao mesmo tempo concedia alguns direitos sobre o uso da terra do Novo Mundo aos donatários. A Coroa acreditava que a iniciativa privada por meio do sistema de capitânicas hereditárias, seria a melhor e a menos dispendiosa maneira de colonizar a América portuguesa. Sendo assim, essa ocupação seria feita através da implantação de engenhos baseados em um sistema agrícola que ficaria conhecido como “*plantation*”, que consistia em grandes fazendas que usavam a mão de obra escrava para cultivar um único gênero em larga escala, onde este produto cultivado e seria mais tarde exportado para atender a demanda do mercado externo, tal empreendimento colonial além de trazer lucro, iria também ocupar pouco a pouco o extenso território da colônia pelos “homens bons”.

A colonização da *Terra de Santa Cruz* transcorreu a um ritmo lento sobre a administração destes capitães-donatários, nas capitânicas em que havia uma feitoria eles optaram inicialmente por fundar suas vilas e engenhos próximas a estas rústicas fortalezas, aproveitando os excelentes portos naturais em que elas estavam edificadas para escoar os seus produtos, e obter algum auxílio militar quando necessário por parte dos soldados do forte contra o ataque de piratas ou indígenas. Segundo a pesquisadora suíça Malou von Muralt a

⁶⁸ DIAS. *O negócio do pau-brasil...*, op. cit., p. 5.

ocupação territorial da costa da América portuguesa baseou-se em três elementos indissociáveis: a floresta, o índio e o pau-brasil.

A floresta era vista, antes de mais nada, como um obstáculo ao projeto colonizador e era preciso, portanto, derrubá-la com o objetivo de abrir espaço e ocupar o território. O índio, cuja nudez a um só tempo fascinava e atemorizava, era tido como um ser inferior que se devia sujeitar, catequizar e, sobretudo, escravizar; era um inimigo a ser combatido e exterminado, caso não se submetesse. O pau-brasil, enfim, principal riqueza disponível, matéria-prima gratuita e (aparentemente) infinita, assegurava lucros consideráveis.⁶⁹

Ao longo da primeira metade do século XVI diversos engenhos foram sendo fundados pelos lusitanos na extensa costa da América Portuguesa, e alguns deles apesar de todas as adversidades da época conseguiram prosperar. Um dos fatores primordiais para o sucesso deste empreendimento colonial estava na habilidade do seu proprietário saber se apropriar das áreas com o solo florestal mais fértil, onde seria cultivada uma planta asiática conhecida como cana-de-açúcar, que ao ser moída se extraía dela um caldo doce que era fervido e produzia um produto final formado por cristais de sacarose chamado *açúcar*, que era considerado na época como o “ouro branco”, devido ao alto preços em que era cotado na Europa. Essas fazendas monocultoras escravagistas na medida em que prosperavam economicamente desejavam expandir as suas lavouras cada vez mais, mas, para crescer em tamanho necessitavam antes fazer o desmatamento de áreas florestais cada vez maiores, em vista disso, os senhores de engenho repassavam ordens aos seus empregados e escravizados (indígenas e posteriormente os seus escravos africanos) para que derrubassem a selva através da prática denominada pelo brasilianista Warren Dean de: a “Ferro e Fogo”, que era a realização de imensas queimadas que consumiam centenas de hectares de mata virgem, reduzindo tudo a cinzas! Deixando assim o terreno “limpo” para que eles (proprietários) se apropriassem da terra “rica e gorda” da Mata Atlântica, que seria rapidamente arada e cultivada.⁷⁰ Entretanto, nas regiões florestais em que ainda havia a presença das árvores de pau-brasil era terminantemente proibido se fazer o desmatamento ou queimadas, para que não se destruísse “a planta do rei”. Desse modo, para que determinada área florestal estivesse livre para ser desmatada, os representantes da Coroa (concessionários) deveriam antes explorar todo a madeira-de-tinturaria da região, até que todas as árvores de pau-brasil fossem extraídas e a sua madeira fosse enviada a feitoria mais próxima. Só após isso era que a mata estaria liberada para ser

⁶⁹ MURALT. *A árvore que...*, op. cit., 2006, p. 179

⁷⁰ DEAN, *A Ferro e...*, op. cit., 2004, p. 73.

consumida pelas chamas e em seguida o seu solo ser explorado pelos donos da terra. Todavia, quando a localidade já se encontrava estava livre do “pau da Coroa” muito trabalho era poupado, bastando apenas ao proprietário incendiá-la e cultivá-la. Portanto, aos olhos dos senhores de engenho o pau-brasil num primeiro momento era um “empecilho” para o avanço da *plantation* sobre a floresta, pois ter essa planta em sua propriedade significava perante a lei portuguesa um entrave para o avanço da lavoura. Contudo, veremos mais adiante que a falta de fiscalização por parte das autoridades portuguesas deixava brecha para que tal regra nem sempre fosse respeitada, e ao arrepio da lei muito pau-brasil continuaria a ser desviado, onde no interior da colônia sua madeira seria clandestinamente empregada para a construção de casas, ou contrabandeada para o exterior, e em alguns casos quando a árvore estava longe demais da costa ela simplesmente viraria cinzas ao ser consumido pelas exacerbadas queimadas da itinerante *plantation* açucareira.

Não demorou muito para que em certas capitâneas surgissem grandes engenhos açucareiros espalhados pela costa, com um número crescente de colonos lusitanos que se apossaram da região e repeliram a progressivamente presença dos invasores estrangeiros. No entanto, no decorrer da primeira metade do século XVI a expansão dos engenhos aliada com a exploração dos concessionários portugueses sobre o pau-brasil, e o seu inevitável tráfico por estrangeiros, causaram uma grande devastação nas matas do litoral norte da colônia. A extração dessa planta transcorreu em um ritmo tão feroz que em 1558 as melhores árvores de pau-brasil só eram encontradas a 20 km da costa. Segundo historiadora Joelza Domingues “só no primeiro século de exploração, cerca de 2 milhões de árvores foram derrubadas – uma espantosa média de 20 mil por ano ou quase 50 por dia.”⁷¹ O gradativo aniquilamento do pau-brasil nas matas do Brasil forçou o rei de Portugal a elaborar uma carta-régia em 1542, determinando normas para o corte e punições para o desperdício de pau-brasil, tentava-se de algum modo preservar este monopólio, no pensamento da época devido à abundância deste vegetal acreditava-se que ele brotaria espontaneamente se deixassem a mata intocada durante certo tempo, mas do ponto de vista ambiental os danos causados já se demonstravam significativos, era questão de tempo até que boa parte das árvores de pau-brasil fossem aniquiladas da costa.⁷²

⁷¹ DOMINGUES. **A lucrativa explo...**, op. cit., 2017, não paginado.

⁷² S. D'Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo Econômico do pau...**, 2013. p. 17.

O arranjo do sistema de capitânicas-hereditárias se mostrou incapaz de levar adiante a empresa açucareira que se iniciava, visto que apenas as capitânicas de Pernambuco e São Vicente prosperaram. Além disso, a forma como estava organizado o sistema de sesmarias impossibilitava um controle maior por parte da Coroa nos títulos de doação de terras, já que os capitães donatários tinham relativa autonomia para conceder terra a quem quisesse. Não obstante, a metrópole tinha serias dificuldades no cumprimento da arrecadação das rendas e direitos reais na colônia. Então o rei Dom João III para evitar maiores prejuízos, decide que em 1548 iria instalar na *Terra de Santa Cruz* um Governo-Geral, assim Coroa visava se impor de maneira mais efetiva na região, centralizando as atividades administrativas, judiciárias e fazendárias, tornando assim a colônia mais segura e lucrativa.⁷³

Para administrar essa nova estrutura administrativa colonial criou-se o cargo de Governador-Geral que seria uma espécie de vice-rei na colônia, ele era responsável em reunir os indígenas em povoados e aldeias, buscando construir alianças com as tribos ou neutralizar suas ameaças através da guerra. Além disso, ele deveria construir navios e fortalezas para a defesa da colônia, reprimir os corsários que tentassem traficar pau-brasil, fundar povoações, incentivar a implantação de engenhos, organizar e garantir as rendas da colônia. Para auxiliá-lo foram criados alguns outros cargos; o Provedor-mor responsável por supervisionar as finanças e da arrecadação de impostos; o ouvidor-mor, o responsável pela justiça; e o capitão-mor, o incumbido pela defesa.⁷⁴

A presença destas autoridades representando os interesses da Coroa mudou de forma significativa a maneira como se fiscalizava as riquezas da *Terra de Santa Cruz*. A partir de 1549 com a instalação de um Governo-Geral na Bahia, criou-se na nova capital da colônia “São Salvador da Bahia de Todos os Santos” a *Provedoria Mor da Fazenda Real*, esse órgão seria a espinha dorsal da administração fazendária no Brasil Colônia até 1770.⁷⁵ E em cada uma das demais capitânicas fundou-se uma *provedoria* administrada por um *provedor*, porém todas elas seriam coordenadas a partir da Provedoria-mor da Bahia, nessa época foi também baixado um regimento uniforme para todas demais provedorias. A função de uma provedoria

⁷³ SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 84.

⁷⁴ ARQUIVO Nacional, Mapa memória da administração pública brasileira. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

⁷⁵ **Provedoria da Fazenda Real**. Ministério da Economia, Receita Federal, 1968. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrap/provedorias.htm>. Acessado em: 19 agost. de 2021.

ia muito além das questões tributárias e fazendárias, pois além de ser a responsável pela arrecadação de impostos, lhe era incumbida outras tantas tarefas:

[...] tudo competia às provedorias: construir obras públicas e navios, organizar e financiar expedições bélicas ou exploratórias ao interior, prover à manutenção de serviços essenciais, administrar portos, pagar servidores civis e militares, tomar contas dos agentes financeiros, dar posse a funcionários, julgar processos fiscais, fiscalizar e arrecadar impostos, reprimir o contrabando, afugentar piratas.⁷⁶

As provedorias apesar de terem amplas atribuições, tinham um quadro de pessoal bastante modesto: O Provedor era o contador e juiz da Alfândega, o Escrivão da Fazenda Real, que era também o escrivão da Alfândega e da Matrícula da Gente de Guerra. Além deles tinha o Feitor e Almojarife, o Meirinho da Fazenda, Alfândega e do Mar, o Juiz do Peso da Balança e um Tesoureiro-Recebedor. Todos eles eram geralmente portugueses nascidos ou os radicados na colônia, sendo raríssimos os casos em que foram nomeados para tais ofícios os lusitanos que residiam em Portugal. A sucessão hereditária nos cargos era algo comum, o que favoreceu ainda mais a completa integração desses órgãos na sociedade colonial.⁷⁷ Para gerenciar todas as provedorias da colônia foi criado o cargo de *Provedor-mor*, ele seria autoridade máxima da administração fazendária colonial, e estava subordinado diretamente aos órgãos e autoridades da metrópole, aos quais devia prestar contas⁷⁸. Suas atribuições específicas eram:

[...] fiscalizar os demais provedores das capitanias, auxiliar o governador-geral em tudo que fosse necessário, acompanhando-o em suas visitas às capitanias; informar-se sobre os oficiais de Fazenda existentes em cada capitania e pedir para que o governador-geral nomeasse aqueles que fossem necessários, até o provimento real; fiscalizar os procedimentos realizados na arrecadação das rendas e direitos régios e o cumprimento das recomendações sobre armazenamento das artilharias, armas e munições em cada capitania; tirar inquirição e fazer a devassa dos oficiais de Fazenda; ordenar a construção de Alfândegas, providenciando os livros de registros das receitas e despesas dos rendimentos e de registros dos forais, regimentos e provisões; mandar edificar casas onde se tratassem do negócio da Fazenda real e provedorias, com seus devidos livros de registros; mandar que os provedores enviassem, anualmente, ao tesoureiro-geral, certidão com os rendimentos e

⁷⁶ Idem, não paginado.

⁷⁷ BUESCU, Mircea. **Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. p. 19

⁷⁸ Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/202-provedor-mor-do-estado-do-brasil>>.

despesas; e, cuidar para que os almoxarifes notificassem suas contas a cada cinco anos, decidindo sobre as possíveis dúvidas com os juízes.⁷⁹

Com a fundação das provedorias na colônia, as feitorias perderam importância e foram sendo progressivamente desativadas. O regimento do provedor-mor de 17 de dezembro de 1548, determinou que para auxiliar as provedorias na arrecadação dos direitos sobre a entrada e saída das mercadorias, fosse criada também paralela a cada uma delas uma Alfandega Real. Esse órgão seria uma peça essencial para a política comercial da Coroa, constituindo-se como o principal instrumento de arrecadação das rendas Reais, funcionando, ainda, como uma espécie de tribunal, dado que o provedor também era o juiz de alfândega. Nesse sentido, a administração alfandegária portuguesa englobava as alfândegas marítimas, os portos secos (alfândegas terrestres) e os portos-molhados (alfândegas fluviais).⁸⁰ O regimento também estabelecia que nas casas alfandegarias existisse um livro de receita e despesa dos rendimentos, e outro com o registro do foral e regimento dos oficiais e outras provisões. A estrutura alfandegária variava em cada das capitânicas e os funcionários poderiam ser vitalícios ou temporários.⁸¹ Os cargos dos oficiais e vitalícios eram: o provedor, escrivão, meirinho e o selador. Os demais cargos temporários eram: o escrivão da ementa, juiz da balança, escrivão da balança, feitor, guarda-mor e guarda da alfândega. Toda essa estrutura burocrática fiscalizatória nos principais portos naturais da América Portuguesa, tornou possível que metrópole cobrasse os devidos impostos de maneira mais eficiente e centralizada, dificultando o contrabando, sonegações de tributos e os “desperdícios⁸²”.

Essa nova estrutura alfandegaria mudou a forma como se era fiscalizado o monopólio real do pau-brasil na colônia, a partir de agora os principais portos naturais da *Terra de Santa Cruz* teriam as suas antigas feitorias substituídas pelas alfândegas, que eram administradas pelas provedorias, e dentro desses órgãos os “indesejáveis da Coroa” foram sucedidos por funcionários devidamente pagos, que eram supervisionados não mais por um feitor, mas sim por oficiais treinados com cargos vitalícios, que estavam encarregados de cobrar, registrar e

⁷⁹ REGIMENTO de Antônio Cardoso de Barros, Provedor-mor da Fazenda, de 17 de dezembro de 1548. In: TAPAJÓS, Vicente. **A Política Administrativa de D. João III**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1966, p. 271-278.

⁸⁰ HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político, Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994, p. 232

⁸¹ BUESCU, Mircea. **Organização e adminis...**, op. cit., 1984. p. 19.

⁸² A Coroa portuguesa tinha ciência que muito pau-brasil era desperdiçado mediante a queimadas descontroladas nas matas, além dos colonos utilizarem essa madeira para construção de casas e o infame contrabando que ainda persistia em determinados pontos da colônia.

prestar conta dos devidos tributos pertencentes ao rei de Portugal. A Coroa ao aparelhar os portos da colônia com órgãos da burocracia portuguesa, guarnecidos por fortíssimas fortalezas edificadas agora com tijolos e pedras talhadas, tentava dificultar ainda mais os descaminhos de pau-brasil pelos piratas franceses, conseqüentemente, pouco a pouco os lusitanos fechavam o cerco para expulsar de vez os “*infames*” estrangeiros das suas possessões além-mar.⁸³

Na medida em que se transcorria a ocupação do *litoral da Terra de Santa Cruz*, ao longo da segunda metade do século XVI, os portugueses consolidaram cada vez mais a sua estrutura alfandegária e militar, isto possibilitou que em 1567 os franceses fossem expulsos, mas “integridade territorial do país só foi definitivamente assegurada em 1649, com a expulsão dos holandeses.”⁸⁴ A multiplicação e expansão dos engenhos no Norte acelerou ainda mais a exploração dessa planta, pois cada vez mais novas terras eram requisitadas para serem desmatadas para se ampliar a próspera *plantation*, sendo assim, entre 1549 a 1605 a um ritmo frenético o pau-brasil foi caçado pelas matas litorâneas, para que a área fosse imediatamente liberada para ser consumida pelo fogo e os colonos apropriarem da terra. Essa exploração predatória no primeiro século de colonização gerou uma grande devastação nas matas do litoral Norte, onde a Coroa no início do século XVII constatou que se nada fosse feito poderia haver no futuro um esgotamento total do pau-brasil na colônia, em outros termos, a maneira como se explorava o pau-brasil poderia levá-lo a extinção nas próximas décadas. Como toda atividade predatória, a extração do pau-brasil foi se tornando cada vez complicada devido à escassez dessa árvore, que passou a ser encontrada somente de 10 a 20 léguas da costa. Já em 1530, em alguns locais do litoral, o pau-brasil já se tornara escasso, embora o Brasil tenha continuado a exportar a madeira até o século XIX.⁸⁵ O resultado foi que em 1605, a Coroa portuguesa, alarmada com os relatórios sobre a exploração de pau-brasil de que o corte indiscriminado, a má estocagem, o desmatamento e os descaminhos iriam destruir esse ramo, força o rei a controlar essa exploração e criar a função de guardas florestais, além de instituir a pena de morte para quem ousasse fazer a extração ilegal dessa madeira. Por fim, em 1607 o pau-brasil voltou a ser um monopólio, cujo concessionários eram autorizados a exportar apenas 600 toneladas por ano, um convite a continuidade do contrabando.⁸⁶

⁸³ ARQUIVO Nacional, Mapa memoria da administração pública brasileira. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

⁸⁴ MURALT. **A árvore que...**, op. cit., 2006, p. 178

⁸⁵ S. D'Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo Econômico do pau...**, op. cit., 2013, p. 17.

⁸⁶ DEAN, **A Ferro e...**, op. cit., 2004, p. 64.

5- Considerações Finais

A história do pau-brasil ao longo do século XVI é rica na literatura do século XVI produzida pelos viajantes europeus que enfrentaram as mais diversas adversidades daquela época para vir ao Novo Mundo e explorar este famoso pau-de-tinturaria. Entretanto, os europeus perceberam que para se explorar essa árvore em um meio ambiente tão hostil ao europeu, teriam de fazer acordos os indígenas para ter êxito nesta difícil empreitada. Além disso, os colonizadores portugueses também precisaram defender as suas possessões na América portuguesa, pois estrangeiros em dado momento também desejavam ocupar e explorar o pau-brasil que existia na América portuguesa. Em vista disso Portugal elaborou um plano de ocupação e administração da sua colônia que impactou diretamente a maneira como se administrava e fiscalizava todos os produtos oriundos do Novo Mundo. Por fim, resta dizer que sobre o olhar da História Ambiental o pau-brasil é muito mais que uma mera matéria-prima de onde se extraía tinta no passado, pois é um ser vivo que estava integrado a uma grande biodiversidade da Mata-Atlântica brasileira, que foi explorado e quase extinto do seu meio habitat por conta da ação do homem ao longo do tempo.

Espera-se que este trabalho tenha colaborado para uma breve e melhor compreensão sobre o tema, e que sirva de apoio para os novos que venham a desenvolver.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- ARQUIVO Nacional, Mapa memoria da administração pública brasileira. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/196-governador-geral-do-estado-do-brasil>>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- Árvore pau-brasil: **História e Curiosidades**. IBF, Instituto Brasileiro de Florestas. 2006. Não paginado. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BUESCU, Mircea. **Organização e administração do Ministério da Fazenda no Império**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.
- Carta de Francisco I ao embaixador francês em Lisboa, 6 set. 1528. In: BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CARVALHO, Marcus. **O Tráfico ilegal de escravos nas praias de Pernambuco, Brasil**. Recife (PE), não paginado. 15 de fev. 2016. [Entrevista cedida ao Projeto Baquagua]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TOsa9SV9fCs>>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- CASANOVA, Leandro Rosa. PROCHNOW, Rainer. PROCHNOW, Miriam. **Planejando Propriedades e Paisagens**. APREMAVI, Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida. Rio do Sul (SC), 2005. Disponível em: <<https://apremavi.org.br/wp-content/uploads/2018/03/cartilha-planejando-propriedades.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre (RS): L&PM Pocket, 2013.
- DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- DIAS, Thiago Alves. **O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII**. [Revista USP, [S. l.], n. 177, p. 1-39, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.133277>>. acesso em: 25 abr. 2021
- DOMINGUES, Joelza Ester. **A lucrativa exploração do pau-brasil na América portuguesa**. Blog Ensinar História. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/exploracao-do-pau-brasil/>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- Ducado (moeda)** In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <[https://gl.wikipedia.org/w/index.php?title=Ducado_\(moeda\)&oldid=5828166](https://gl.wikipedia.org/w/index.php?title=Ducado_(moeda)&oldid=5828166)>. Acesso em: 3 mai. 2021.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989.
- GIRARDI, Giovana. **Pau-brasil ganha um novo nome científico**. Estadão, 13 de out. de 2016. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/pau-brasil-ganha-um-novo-nome-cientifico/>>. Acesso em: 6 fev. 2021.
- GOELDI, E. A. **Sobre o uso dos machados de pedra de índios sul-americanos, especialmente amazônicos, atualmente existentes**. In: Congresso Americanista Internacional, Décima Quarta Conferência, Stuttgart 1904. p. 441-444. trad. Revista Boletim

do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém (PA), Ago. 2010. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100011>>. Acesso em: 05 abr. 2021

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político, Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

MURALT, Malou Von. **A árvore que se tornou país**. Revista USP, [S. l.], n. 71, p. 171-198, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13560>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PEREIRA, Michael Douglas Barbosa. **Dinâmica Climática e as Chuvas na região da Zona da Mata, Nordeste do Brasil**. 2018. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 1955. Disponível em:
<https://www.ufpb.br/climageo/contents/menu/publicacoes/dissertacoes/dinamica_climatica_e_as_chuvas_na_regiao_da_zona_da_mata.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

PLANALTO DA BORBOREMA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Planalto_da_Borborema&oldid=61984826>. Acesso em: 4 set. 2020.

Provedoria da Fazenda Real. Ministério da Economia, Receita Federal, 1968. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrap/provedorias.htm>. Acessado em: 19 agost. de 2021.

REGIMENTO de Antônio Cardoso de Barros, Provedor-mor da Fazenda, de 17 de dezembro de 1548. In: TAPAJÓS, Vicente. **A Política Administrativa de D. João III**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1966.

ROSSETTI, Victor. **Origem e caracterização da Mata Atlântica**: Estratégias de conservação e leis. 2017. Não paginado. Disponível em:
<<https://netnature.wordpress.com/2017/05/27/origem-e-caracterizacao-da-mata-atlantica-estrategias-de-conservacao-e-leis/>>. Acesso em: 3 set. 2020.

S. D'Agostini, S. Bacilieri, H. Hojo, N. Vitiello, M.C.V. Bilynskyj, A. Batista Filho, M.M. Rebouças. **Ciclo Econômico do pau-brasil - Caesalpinia Echinata Lam., 1785**. Páginas do Inst. Biol., São Paulo, v.9, n.1, p.15-30, jan./jun., 2013.

SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SOUZA, Luiz Alberto. **DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 484 p. [1ª impressão 1996]. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Aedos - ISSN 1984- 5634. Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 264-268, jun. 2011.

STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**. trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre (RS): L&PM POCKET, 2010.

THEVET, André. **As Singularidades da França Antártica (1558)**. trad. Eugênio Amado. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.